



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE  
FACULDADE DE ARTES VISUAIS  
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

ANA DANIELA NOGUEIRA DA SILVA

**MUSEU PARQUE SERINGAL, ANANINDEUA, PARÁ:  
UM PATRIMÔNIO, MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES**

Belém  
2018

ANA DANIELA NOGUEIRA DA SILVA

**MUSEU PARQUE SERINGAL, ANANINDEUA, PARÁ:  
UM PATRIMÔNIO, MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como um dos requisitos  
para a obtenção do grau de Bacharel  
em Museologia, Faculdade de Artes  
Visuais, Universidade Federal do  
Pará.

Área de Concentração: Museologia  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia  
Bezerra de Almeida.

Belém  
2018

ANA DANIELA NOGUEIRA DA SILVA

**MUSEU PARQUE SERINGAL, ANANINDEUA, PARÁ:  
UM PATRIMÔNIO, MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como um dos requisitos  
para a obtenção do grau de Bacharel  
em Museologia, Faculdade de Artes  
Visuais, Universidade Federal do  
Pará.

Área de Concentração: Museologia  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia  
Bezerra de Almeida.

Data de Aprovação:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Bezerra de Almeida - PPGA/IFCH/UFPA  
Orientador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carmen Lúcia Souza da Silva - FAV/ICA/UFPA  
Membro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosângela Marques de Britto - FAV/ICA/UFPA  
Membro

Dedico este trabalho a Deus, meu Senhor e amigo, como gratidão por tudo o que tem feito na minha vida. Aos meus filhos Juliana e Israel Nogueira que foram meus grandes incentivadores. Aos familiares e amigos que sempre torceram por meu sucesso.

## AGRADECIMENTO

Agradeço ao curso de Museologia, sua coordenação e secretariado pelo suporte presente e competente. Ao corpo docente na pessoa dos professores **Carmem Silva, Sue Anne Costa, Marcela Cabral, Flavia Palácios, John Fletcher e Hugo Meneses** pela dedicação, esforço e real comprometimento com o ensino ministrado; melhor corpo docente da UFPA, bem como à banca examinadora pelas contribuições.

Aos professores substitutos e de outros Institutos, que, igualmente, foram muito importantes cada um a seu modo. Em especial à professora Paula Silva e Nélio Moreira, por suas contribuições.

Aos funcionários do Museu Parque Sringal e Secretaria do Meio Ambiente de Ananindeua pela cooperação em atender as solicitações da pesquisa, em especial, a diretora Luciana Castro, pela disponibilidade e cortesia.

Aos colegas egressos pelas dicas e conselhos, especialmente à Sandra Rosa e Raul Carvalho.

Finalmente agradeço os colegas da minha turma **Aymêe Marçal** Ana Victória, **Andrey Leão**, João Vitor Diniz, **Leonardo Silva, Marcela Raiol**, Mateus Reis, Mikaela Batista, Manuela Soutello, Nicole Bittencourt, **Rayana Alexandra**, Sonia Nascimento, Marcia Silva, Suzete Fraia e Stephanie Lins. Minha gratidão à amizade, respeito, companheirismo e carinho, que fizeram dos meus dias uma constante alegria em sala e em qualquer lugar que estivéssemos. Nem mesmo as diferenças puderam desfazer os laços afetivos que construímos nesses quatro anos, desejo que estes laços resistam à distância e ao tempo.

Especialmente sou grata a Deus pela vida de Rayana Alexandra e Aymêe Marçal. Por toda solicitude em me ajudar nos momentos difíceis, pelo afeto sincero, e pelo companheirismo que tornaram essa jornada mais feliz.

## SUMÁRIO

RESUMO:.....	7
Abstract: .....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS: .....	9
LISTA DE FIGURAS: .....	10
1. Introdução.....	10
2. MUSEU PARQUE? OU MUSEU E PARQUE? REFLEXÕES A PARTIR DA MUSEOLOGIA.....	14
2.1. MUSEUS: CONCEITUAÇÃO.....	14
2.2. PARQUE AMBIENTAL: CONCEITUAÇÃO.....	18
2.3. A CATEGORIA MUSEU PARQUE NO BRASIL.....	22
3. O MUSEU PARQUE SERINGAL – MUPS .....	27
3.1. O MUPS NO TEMPO E NO ESPAÇO .....	27
3.2. A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO MUPS .....	33
3.3. OUTROS OLHARES SOBRE O MUPS.....	40
4. UM PATRIMÔNIO, MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES.....	45
4.1. DAS SERINGUEIRAS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL QUE SIGNIFICAM O MUSEU.....	45
4.2. AS PERCEPÇÕES LOCAIS SOBRE O MUPS .....	51
5. Considerações Finais.....	57
Referência.....	59
APÊNDICE A - Questionário .....	64
APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas.....	65
ANEXOS: .....	66
ANEXO A – Lei Municipal de criação da ARIE Museu Parque Seringal.....	66
ANEXO B – Diário Oficial de Ananindeua que estabelece normas de uso para a ARUIE Museu Parque Seringal .....	67
ANEXO C – Consulta por Unidade de Conservação no site do Ministério de Meio Ambiente.....	68
ANEXO D – Detalhamento de consultas por UC's .....	68
ANEXO E – Questionário Semiestruturado elaborado pela turma de museologia 2014 E que gerou os gráficos 1 .....	69

## **RESUMO:**

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a institucionalização do Museu Parque Seringal (MUPS), localizado no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém, Amazônia paraense, e seu reflexo nas relações estabelecidas entre as comunidades locais e o patrimônio presente ali. O MUPS foi alvo de políticas públicas de proteção ambiental, visando a preservação das seringueiras (*Hevea brasiliensis*) como patrimônio natural e cultural do município. A metodologia usada foi o levantamento bibliográfico sobre as categorias museu, parque e patrimônio para refletir sobre as suas relações; levantamento histórico da construção territorial do lugar; pesquisa nos documentos de criação da instituição disponibilizados nos *sites* da prefeitura de Ananindeua; visitas a campo para observar o cotidiano da instituição e das comunidades, e, assim, compreender as relações ali existentes. As técnicas adotadas foram: entrevistas gravadas e questionários semiestruturados, que permitiram reunir informações para análise que subsidiaram as reflexões. Os resultados revelam que o MUPS é considerado pelos funcionários e pelas comunidades como parque ambiental associado a um Museu. As relações entre a comunidade e a instituição são voltadas para o aspecto natural do patrimônio, cabendo ao Museu apenas abrigar uma exposição permanente cuja atividade encontra-se comprometida por falta de manutenção estrutural do mesmo, o que causa o esmaecimento da face museológica do MUPS. Este problema provavelmente acontece pela pouca reflexão sobre o conceito de museu, o que pode ser solucionado por meio da implementação das práticas museológicas necessárias para que o MUPS possa atuar, integralmente, junto às comunidades.

Palavras-Chave: Museu Parque; Museologia; Patrimônio; Seringueiras.

## **ABSTRACT:**

This study aims to reflect on the institutionalization of the Museu Parque Seringal (MUPS), located in the city of Ananindeua, in the surroundings of Belém, Amazonian Pará state, and its reflections on the relationships established between the local community and the local heritage. The MUPS was the focus of public environmental protection policies aimed at the preservation of the rubber trees (*Hevea brasiliensis*) considered as natural and cultural patrimony of the city. The methodology included the bibliographical survey regarding the categories museum, park and heritage, in order to reflect on the association between them; historical research of the local and configuration; survey of the documents related to the foundation of the institution available in the websites of the Ananindeua city; fieldwork to observe the daily life at the institution and in the community in order to understand the existing relationships. The techniques used were recorded interviews and questionnaires that allowed me to gather information for analysis that support the reflections. The results reveal that MUPS is considered by the employees and the community as an environmental park associated to a museum. The relationships between the community and the institution are taken towards the natural aspect of the heritage, and the Museum maintains only one permanent exhibition whose activity is affected due to the lack of structural management of the museum, which leads to the weaken of MUPS's museological aspect. This problem is probably related to the sparse reflections about the concept of museum, which can be solved by implementing the necessary museological practices so that MUPS can act with the community.

Keywords: Park Museum; Museology; Patrimony; Rubber Trees.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:**

ARIE	Aria de Relevante Interesse Ecológico
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
MUPS	Museu Parque Seringal
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e Cultura

## **LISTA DE FIGURAS:**

- Figura 1. Mapa de localização do Museu Parque Seringal.
- Figura 2. Mapa de localização do Município de Ananindeua.
- Figura 3. Fachada do Museu Parque Seringal.
- Figura 4. Anfiteatro, interior do MUPS.
- Figura 5. Academia ao ar livre, interior do MUPS.
- Figura 6. *Playground*, interior do MUPS.
- Figura 7. Sistema de Placas Informativas do MUPS.
- Figura 8. Vestígios do Tapiri, interior do MUPS.
- Figura 9. Quiosque da Guarda, interior do MUPS.
- Figura 10. Exposição Casa do seringueiro, interior do Museu do Seringueiro.
- Figura 11. Exposição Casa do Seringalista, interior do Museu do Seringueiro.
- Figura 12. Seringueiras, interior do MUPS.
- Figura 13. Gráfico de Pesquisa de Público no MUPS
- Figura 14. Seringueira com infestação de cupins - MUPS
- Figura 15. Fachada da escola União e Fraternidade em frente ao MUPS.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de institucionalização do Museu Parque Seringal - MPUS, localizado no município de Ananindeua, na Amazônia paraense, considerando o estatuto das seringueiras como patrimônio cultural que justificou a patrimonialização daquele espaço e as relações com as comunidades do seu entorno.

O Museu Parque Seringal foi criado no ano de 2012 pela prefeitura municipal de Ananindeua. O local anteriormente era parte de uma propriedade pertencente a famílias de imigrantes japoneses, onde foi cultivada uma plantação de seringueiras. Com o desenvolvimento econômico da cidade de Belém e sua consequente expansão territorial em função do ciclo da borracha na Amazônia, a cidade de Ananindeua se tornou parte da região metropolitana, sendo alvo de políticas públicas voltadas para a construção de conjuntos habitacionais. Este processo fomentou o crescimento populacional na região, porém, em contramão disso, o espaço com as seringueiras permaneceu preservado. Com o passar do tempo a gestão pública do município ressignificou o espaço por meio da patrimonialização, criando uma das primeiras áreas de proteção ambiental do município sob a nomenclatura de Museu Parque Seringal.

As medidas de ressignificação do espaço incluíram a implantação de infraestrutura que viabilizasse seus novos usos como edificações, equipamentos para a prática de exercícios físicos, *playground*, sistema de placas informativas e trilhas para a visitação do espaço e o Museu do Seringueiro.

As atividades ali desenvolvidas são, principalmente, voltadas para o esporte, lazer, contemplação, e, sazonalmente, para a educação cultural. A partir de observações do cotidiano do Museu Parque Seringal, percebeu-se que sua atuação é mais voltada para sua face ambiental (como parque), com pouca atuação da sua face museológica (como museu). Tal observação levou esta pesquisa a entender, a partir das discussões teóricas do campo da Museologia, como a institucionalização desse espaço contribuiu para a conformação dessa situação.

Como objetivo geral, almeja-se compreender o processo de institucionalização do Museu Parque Seringal, refletir sobre como sua institucionalização impactou as relações estabelecidas entre as comunidades locais e o Museu. Os objetivos específicos deste estudo incluem: 1) análise do processo de institucionalização do Museu Parque Seringal; 2)

discussão sobre as seringueiras como patrimônio cultural; 3) comparação dos conceitos de Museu, Parque e Museu-Parque e sua pertinência no contexto da pesquisa; 4) mapeamento das percepções dos funcionários da instituição, assim como de moradores e frequentadores do lugar sobre o Museu e 5) reflexão sobre os processos museológicos no Museu Parque Seringal.

As justificativas para a realização deste estudo compreendem: a) a lacuna de pesquisas sobre o Museu Parque Seringal; b) o reconhecimento das seringueiras como patrimônio cultural da Amazônia paraense e c) a importância das relações entre o museu e as comunidades do seu entorno. Além disso, as reflexões que serão propostas poderão colaborar para a compreensão de distintas categorias institucionais na área da Museologia. Embora não seja o principal objetivo desta pesquisa, entendo que seus resultados poderão, de certa forma, ser aproveitados pela gestão do museu em questão, contribuindo para a potencialização das suas ações do museu e permitindo a troca de saberes entre os domínios da academia e da gestão pública.

A metodologia aplicada incluiu o levantamento bibliográfico no campo da Museologia para refletir sobre o que é um museu. Trabalhou-se em conjunto com outras áreas, como a Ambiental, a qual foi de suma importância para se pensar sobre os parques ambientais. A História e as Ciências Sociais colaboraram para traçar um breve histórico da configuração do território do Museu e do desenvolvimento econômico e social da região, na qual se localiza o objeto desta pesquisa. E, por fim, a Antropologia, que contribuiu para as reflexões em torno do conceito de patrimônio e suas relações com a sociedade.

Foi realizada uma pesquisa documental nos *sites* oficiais da prefeitura municipal de Ananindeua, Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, objetivando a averiguação da documentação de criação da instituição. Também foram solicitados os documentos do Museu junto à Secretaria de Meio Ambiente de Ananindeua - SEMA, porém, até o momento de conclusão deste TCC, não haviam sido disponibilizados para a pesquisa por questões de natureza burocrática. Foram realizadas visitas a campo com o objetivo de observar o cotidiano do bairro e sua interação com a instituição.

Como técnicas de pesquisa, utilizaram-se entrevistas gravadas com moradores do entorno, questionários com visitantes e funcionários do Museu Parque Seringal. As falas dos participantes serão introduzidas nos capítulos 3 e 4. Os critérios de seleção dos participantes

priorizaram: aqueles que moram nas proximidades do Museu, os que visitam o local e a faixa etária acima de 16 anos. A pesquisa foi realizada no decorrer do ano de 2017, no segundo semestre, sempre em horário de funcionamento do Museu Parque Seringal. Trago ainda um gráfico com os resultados de um estudo de público do qual participei no MUPS, juntamente, com uma equipe de seis alunos da turma de Museologia 2014, da Universidade Federal do Pará, quando foram utilizados questionários semiestruturados. A pesquisa é resultante de uma atividade realizada no âmbito de uma das disciplinas de Laboratório de Estudo de Público, ministrada pela docente Paula Silva no primeiro semestre do ano de 2017.

Nas discussões, buscou-se compreender os conceitos de parque ambiental, museu e patrimônio, e de como estas categorias se relacionam entre si, seus distanciamentos e aproximações a fim de entender como cada uma dessas categorias atua no contexto aqui tratado. Para isso, trabalhou-se sobre as ambiguidades presentes na construção da identidade do Museu Parque Seringal e sobre as seringueiras como o patrimônio cultural que justificou a seleção do espaço como alvo de políticas públicas de preservação do patrimônio natural<sup>1</sup> do município; de outra forma, a área em questão poderia ter se transformado em uma praça, como ocorreu em outros pontos do mesmo bairro.

Para debater sobre essas questões, a estrutura desta monografia foi organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo trata sobre os conceitos de parque, museu e museu parque, considerando seus distanciamentos e aproximações e de como estes conceitos são pensados na Museologia. O segundo capítulo aborda o contexto no qual se insere o Museu Parque Seringal por compreender que tem relação com os distintos coletivos humanos que, ao longo do tempo, ocuparam o local. Discute-se sobre a forma como o museu foi institucionalizado e as ambiguidades existentes no processo para refletir os reflexos disso na atuação do Museu. A partir da síntese do processo de institucionalização, são discutidos os mecanismos usados para sua patrimonialização e sobre sua atuação junto à comunidade local.

No terceiro capítulo foi traçado um breve histórico sobre a evolução do conceito de patrimônio e como a ampliação deste engloba o patrimônio cultural presente no Museu Parque Seringal. Discuto sobre relações entre as comunidades do entorno e dos visitantes com o Museu Parque Seringal, introduzindo as falas dos sujeitos. A partir das falas coletadas foi feita uma reflexão sobre as distintas percepções e relações que se estabelecem em torno

---

<sup>1</sup>Embora não reconheça a oposição “natural” e “cultural”, adoto aqui a distinção dessas categorias como referentes adotados no campo da gestão patrimonial. Ver ZANIRATO & RIBEIRO, 2016:257.

do museu e de como sua identidade - fluida museu, parque, museu-parque - afeta esses olhares e o próprio uso do espaço.

E, por fim, trago minhas considerações finais, apresentando algumas sugestões para os problemas encontrados ao longo da pesquisa.

## 2. MUSEU PARQUE? OU MUSEU E PARQUE? REFLEXÕES A PARTIR DA MUSEOLOGIA

Este capítulo considera, conceitualmente, as categorias museu e parque envolvidas na configuração institucional do Museu Parque Seringal (daqui em diante referido por MUPS). A sua compreensão irá colaborar no entendimento que teremos adiante sobre a tipologia de instituição, que se estabeleceu quando se optou por identificar o MUPS como museu parque. Para esse entendimento, busquei no levantamento bibliográfico fontes que me ajudassem a refletir sobre as duas categorias individual e associadamente.

### 2.1. MUSEUS: CONCEITUAÇÃO

A instituição Museu, seu conceito, missão e práticas, são temas amplamente discutidos desde o início do século XX a partir de suas interfaces com o campo da Museologia. Segundo Cury (2014, p. 45), as discussões sobre a relação entre a teoria e práticas museológicas se intensificam no mundo a partir de 1946, após a criação do ICOM - Conselho Internacional de Museus. Nesse contexto, os profissionais de museus e da Museologia levantam debates sobre o papel dos museus e da Museologia no que concerne às atribuições de cada um.

Apesar de todos os esforços dos atores brasileiros ligados a estes debates, apenas em 2003 foram implementadas políticas públicas, no âmbito nacional, efetivamente, voltadas para a valorização das instituições. Garantindo assim, seu merecido lugar no planejamento público brasileiro (BRASIL, 2017).

Para maior clareza sobre os conceitos que envolvem essa instituição, trago um panorama resumido de sua trajetória, desde sua ideia no mundo antigo até se configurar como instituição de salvaguarda de memória e patrimônio na atualidade.

O entendimento sobre o museu inicia-se na antiguidade grega sob o amparo do modo de explicar a origem das coisas naquela época, a mitologia, nesse caso ligada à ideia de lugar de memória, sobretudo com a função de templo das artes e estudos científicos (JULIÃO, 2006, p. 20).

Segundo a autora, durante a idade média, esse entendimento permanece pouco difundido para reaparecer no século XV na forma dos gabinetes de curiosidade<sup>2</sup> que se

---

<sup>2</sup>Lugar de guarda de objetos de várias tipologias com finalidade de pesquisa e colecionismo, sem qualquer critério de organização (GONÇALVES, 2012); (LOPES, 2016).

formaram a partir do crescimento e difusão do colecionismo<sup>3</sup> na Europa praticado pelos reis e seus nobres. Até este momento, as coleções de objetos dos gabinetes de curiosidade eram de uso pessoal de seus proprietários e seletos amigos que partilhavam o interesse por coisas consideradas exóticas ou por obras de arte da antiguidade. Os objetos de cunho científico também formavam coleções muito apreciadas pelos estudiosos interessados em reunir o máximo possível de objetos relacionados à ciência e à natureza. Naturalmente, este entendimento se transformou e ganhou novos significados no decorrer do tempo, acompanhando as mudanças do imaginário social ocorridas a partir do humanismo.

A partir do século XVIII, esses lugares passaram a seguir uma ordem tipológica na organização dos objetos, foram abertos ao público elitizado, disponibilizados para pesquisas científicas, configurando-se assim, a ideia de museu como um lugar de construção de conhecimento (JULIÃO, 2006, p. 20).

Segundo Bottallo (1995:184), a partir da Revolução Francesa, com a deposição da monarquia e o advento do Estado Nacional, os bens da monarquia foram apropriados pelo Estado e transformados em patrimônio público, agora não mais de propriedade da nobreza, mas de todos. O patrimônio passa a servir ao propósito da valorização cultural da nação francesa com a intenção de fortalecer o Estado recém-criado.

Este modelo de museu foi amplamente copiado no ocidente e praticado por muitas instituições com os mesmos objetivos. No Brasil, inclusive, isso possibilitou o nascimento de um novo entendimento acerca do museu, agora também como instrumento político.

Os museus seguiram duas principais linhas: os históricos de natureza celebrativa, usados como ferramenta para a exaltação da nação por meio de elementos que mostravam suas conquistas e feitos, como espólios de guerras, a exemplo do Louvre, na França. E os de natureza científica, voltados para a pré-história através da arqueologia e etnologia como o Museu Britânico, na Inglaterra (JULIÃO, 2016, p. 22).

Segundo Julião (2006, p. 21), no Brasil as instituições museológicas nascem na primeira metade do século XIX, com o Museu Real, em 1818. Ele explica que os demais museus posteriormente criados no Brasil seguem o padrão europeu voltado para a coleta, pesquisa e exposição de suas coleções, nas áreas da história, história natural, etnografia, arqueológica e paleontológica. O papel dessas instituições foi ligado à disseminação dos

---

<sup>3</sup> Prática comum ao longo da história da humanidade com finalidade de construção de identidade cultural (SOUZA, 2009).

paradigmas das ciências biológicas, pelos quais buscavam entender a sociedade daquele momento e dar suporte ao surgimento de campos do conhecimento, como foi o caso da antropologia.

Igualmente aos museus europeus, seguiram a linha de celebrar a nação, neste caso, a diversidade e beleza da fauna e flora local, construindo assim uma dimensão simbólica nacional num momento em que o Brasil procurava se firmar como nação. Como exemplo disso, cito o Museu Histórico Nacional (MHN), fundado em 1922 no Rio de Janeiro, que, por muito tempo foi o molde das instituições museológicas no país.

Conforme Costa (2013, p. 50), o MHN é formado sob a ótica do culto à saudade, ideia criada por Gustavo Barroso<sup>4</sup>, para este intelectual o MHN deveria:

Ser uma instituição cuja função fosse a de estimular a “amar o passado do país”, a ter o sentimento de patriotismo consoante às perspectivas republicanas. Para ele, por meio dos ensinamentos operados com as visitas às exposições organizadas pelos museus seria possível aos brasileiros aprender, fora do espaço escolar, o verdadeiro sentimento patriótico. A proposta de criação de um museu voltado ao “culto da saudade”, de um espaço institucional destinado à formação do sentimento patriótico pelo acesso do conhecimento da história do país (COSTA, 2013, p. 46).

A autora explica que na visão de Barroso, naquele momento não havia valorização do patrimônio nacional local. Por isso, defendia uma instituição que atuasse no sentido de reforçar a memória do passado histórico da nação brasileira. Desta maneira, o imaginário social dos museus é reconhecido como “lugar de memória”, segundo a concepção de Pierre Nora (1993, p. 21).

De acordo com Cury (s.d.:19), ainda falando no âmbito do Brasil, os museus se distanciaram dos ideais de representação social impregnados nos museus da Revolução Francesa, quando deixaram de lado o saber popular, considerado exótico e folclórico, trazendo unicamente a representação europeia de história. A representação das matrizes indígenas e africanas foram silenciadas ou mostradas de modo indevido, o que acarretou o distanciamento entre museu e sociedade, uma vez que a população não se reconhecia na instituição. Esta configuração tradicional se mostrou muito diferente do que pensou inicialmente Gustavo Barroso para o MHN. Muitos museus se tornaram um referencial patrimonial da cultura dos colonizadores na arquitetura, nos costumes e religião, pondo de lado as demais matrizes étnicas que compunham a sociedade brasileira naquele momento.

---

<sup>4</sup>Defensor, idealizador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, ao escrever, em 1912, o artigo Culto da Saudade (COSTA, 2013, p. 46).

Segundo Soares (2013, p.2), desde a Conferência Geral do ICOM em Quebec, 1992, já se vem discutindo sobre os limites do museu e de como é possível que essa instituição adquira novas formas de se relacionar com o patrimônio e com a sociedade. O autor afirma que, no contexto social da América Latina, onde os países vivem realidades sociais precárias, cada vez mais é exigido do museu que este assuma um papel social e busque contribuir com o desenvolvimento local.

Segundo Desvallées & Mairesse (2013, p. 64), atualmente existem tipologias variadas de museu, com conteúdos diversos, missão e atuação próprios, porém, existe um consenso entre vários países sobre o conceito padrão que caracteriza essa instituição que foi formulado no âmbito do Conselho Internacional de Museus – ICOM (International Council of Museums), em 2007:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (ICOM, 2007).

Os autores explicam (ibid: 65) que, embora este seja o conceito oficial do ICOM, existem outras variações dele **pensadas por diversos outros autores que vêm discutindo sobre teoria museológica no âmbito internacional**. Estes consideram também outras características para definir o Museu, estas, mais voltadas para seu aspecto dinâmico e menos para seu aspecto institucional. Como exemplos disso, Desvallées & Mairisse citam as ideias mais usadas por esses autores: “O museu como promotor da preservação de documentos físicos para gerar conhecimento” ( MENSCH, 1992 apud DESVALLÉES & MAIRESSE, 2003, p. 65); “Lugar de salvaguardar o valor das coisas bem como as representações ausentes a fim de estudos e disseminação deles (SCHERER, 2017 apud DESVALLÉES & MAIRESSE, 2003, p. 65); “Como um lugar de memória” (NORA, 1984-1987; PINA, 2003 DESVALLÉES & MAIRESSE, 2003, p. 65); “Fenômeno que desconhece limites físicos (SCHEINER, 2017 DESVALLÉES & MAIRESSE, 2003, p. 65); Lugares, territórios e imaterialidade”, “Ferramenta que permite ao homem perceber sua interdependência com a natureza, com as pessoas e com o belo; trazendo-lhe conhecimento, experiência e compreensão de estar inserido num contexto amplo” (JUDITH SPIELBAUER,1987 apud DESVALLÉES & MAIRESSE, 2003, p. 65).

O conceito do ICOM é um bom ponto de partida para as instituições museológicas iniciarem suas reflexões sobre seu papel da sociedade, porém, os demais conceitos apresentados pelo campo da Museologia, conforme indicado acima, podem contribuir para

que os museus possam repensar os padrões tradicionais a que estão acostumados e buscar outras formas de ser e exercer sua função.

Outro conceito que no âmbito nacional serve de base para o entendimento sobre museus é o do Estatuto de Museus:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer **outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento**. Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, Legislação sobre museus 2013. Grifo meu).

Entendo que, as instituições museológicas devem buscar uma atuação equilibrada entre teoria e prática para melhor gerenciar o patrimônio. Em vista disso, reconheço neste trabalho, o conceito e as atribuições de um Museu, tal como definidas no Estatuto de Museus que, em minha visão, conseguem conciliar teoria e práticas museológicas, pois esta perspectiva prevê uma atuação integral para as instituições museológicas.

## 2.2. PARQUE AMBIENTAL: CONCEITUAÇÃO

Esta categoria, que surge junto com a preocupação em proteger áreas com recursos naturais, cresceu muito desde a metade do século XX. Embora seja uma prática antiga, registrada em várias civilizações com outras nomenclaturas, foi após a Revolução Industrial que essa prática se intensificou, criando a ideia da necessidade de se proteger a natureza (VAINER, 2010). Segundo a autora, a ideia de proteção ambiental surge por conta de demandas populares por áreas naturais nos grandes centros urbanos, e, pela percepção de que as causas da degradação do meio ambiente são consequências da industrialização. Além dos sentidos de preservação, essas áreas eram voltadas para o lazer e recreação, sob a ótica romântica que idealizava um espaço que oferecesse acesso a elementos da natureza em seu estado “selvagem” (VAINER, 2010, p. 2). Ela explica que, a partir desse imaginário, foi criado legalmente, em 1872, o Yellowstone, primeiro Parque Nacional nos Estados Unidos da América. Este modelo, de certa maneira, foi copiado em outros países, em um momento de intensificação das discussões mundiais voltadas à defesa do meio ambiente. No Brasil, o

primeiro Parque ambiental Nacional a ser criado foi o de Itatiaia<sup>5</sup>, em 1937, resultado da inserção do país no âmbito dessas discussões.

Segundo Edgar Morin (2009, p. 174-196), a partir da década de 1960, nasce a ideia de sustentabilidade e de uso dos recursos naturais de maneira sustentável, uma vez que são finitos. O autor aponta que a noção de humanidade e a natureza como elementos separados seria o principal fator que levou ao uso indiscriminado dos recursos naturais. Para ele, esse comportamento levou a humanidade a uma “crise urbana” generalizada e a buscas constantes por “espaços naturais”, que servissem como fugas sazonais ou semanais do cotidiano urbano, verdadeiras “pílulas de natureza”.

Para Amaral (2009), essas preocupações somadas à continuidade da degradação do meio ambiente por falta de consciência sustentável por parte da maioria da indústria e outros, levou os países a desenvolverem medidas legais para a proteção do meio ambiente que abrangessem todas as esferas. Isso abriu a possibilidade da criação e desenvolvimento de políticas públicas<sup>6</sup> voltadas para a ampliação da proteção do meio ambiente, considerado então patrimônio natural. Ele pontua que no Brasil essas políticas foram importantes, uma vez que eram, e ainda são altíssimos os índices de desmatamento e devastação da biodiversidade neste país.

Um dos instrumentos jurídicos criados dentro das políticas públicas de proteção ao meio ambiente foi o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que permite criar em várias esferas Unidades de Conservação ambiental (daqui em diante referidas como UC) para proteção do patrimônio ambiental. As características das UCs são:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2011, p. 5).

---

<sup>5</sup>Na Serra da Mantiqueira, entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

<sup>6</sup>"Política Pública é tudo o que os governos escolhem fazer ou não fazer"; "Uma política pode ser considerada como um grupo de ações ou "não ações" em contraposição a decisões ou ações específicas"; "Uma série de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator político ou grupo de atores políticos objetivando a seleção de objetivos e meios de atingi-los dentro de uma situação específica" (AMARAL, 2009).

São divididas em duas categorias: a Unidade de Proteção Integral, que não permite o uso direto dos recursos, e a Unidade de Uso sustentável, que admite o uso de maneira sustentável de seus recursos, para esta sessão trago descrição onde estão inclusos os parques ambientais:

**“Unidade de Proteção Integral:** “§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei e **Unidade de Uso Sustentável** “§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2011, p. 9. Grifo meu).

Segundo o mesmo documento, as Unidades de Proteção Integral são compostas pelas seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2011, p. 10), cada uma com características distintas.

De acordo com Vallejo (2009, p. 4), os debates internacionais e ações em torno da ideia de preservação do meio ambiente se consolidaram sob a ótica da separação do espaço do uso comum e da reserva de seus recursos. Por essa razão, restringiam inicialmente a presença humana no espaço, o que suscitou novos debates sobre a importância de se considerar homem e espaço partes indissociáveis do ambiente. Com o fortalecimento dessas discussões, decidiu-se, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1982, em Bali (Indonésia), que não se pode pensar a proteção ambiental sem a preocupação com o fator humano, e que proteger somente áreas não faria sentido sem a integração entre espaço e sociedades tradicionais, garantindo-se assim, os direitos: social, econômico, cultural e espiritual dos grupos sociais locais. A orientação sugerida no congresso foi que ao se planejar o manejo dessas áreas, os países levassem em consideração também a diversidade étnica, parte integrante na construção do meio ambiente.

Nesse sentido entendo que, no Brasil, os Parques, segundo o SNUC, são Unidades de Conservação de Proteção Integral, que têm a função de preservar os aspectos naturais de determinado espaço, cujo uso de seus recursos varia de acordo com as minúcias da legislação da área ambiental e de acordo com a interpretação, podendo, ou não, haver grupos humanos em seu interior.

Não foi possível trazer para esta reflexão um conceito específico definido, o que trago são alguns debates sobre o tema, uma vez que o universo teórico é vasto demais para esta pesquisa, pois depende da compreensão e interpretação de muitas leis e demais órgãos das

áreas ambientais, além do entendimento sobre em que a posição se encontra a discussão em nível nacional e global.

Em linhas gerais, para essa pesquisa, considero que os parques ambientais podem ser nacionais, estaduais, ou municipais, no geral, podem ser de grandes extensões com variedade de recursos naturais associados, perto ou longe dos centros urbanos. Por outro lado, podem ser extensões menores e mais simples, desde que reconhecido se separados para a preservação através dos dispositivos legais chancelados pela gestão.

Apesar das subcategorias para a UC Parque não constarem no SNUC, os autores das áreas ambientais trazem a nomenclatura Parques Urbanos para se referir aos parques ambientais que se encontram dentro dos limites das cidades ou os quais o perímetro urbano já abarcou.

Segundo Ferreira (2005, p. 12-16), este tema começa a se delinear nos anos de 1980 aqui no Brasil, no âmbito da legislação brasileira que tratava do espaço urbano. As perspectivas dos Parques Urbanos ganharam relevância a partir das áreas ligadas ao urbanismo e meio ambiente.

A autora explica ainda que, a ideia de parque urbano é oriunda do entendimento de que áreas de recreação eram importantes por contribuírem para a saúde da população, uma vez que o bem-estar físico e emocional do ser humano dependia de certa qualidade de vida que envolvia estar em equilíbrio com a natureza. Estudos mais recentes, afirma a estudiosa, concluem que esses espaços favorecem o conforto climático, a satisfação estética e o suporte para boa parte da fauna presente nas cidades. Tal pensamento é fundamentado no conceito de sustentabilidade ampliada, que afirma serem os parques urbanos ferramentas para se alcançar as metas de sustentabilidade, uma vez que sua proposta envolve a melhoria da qualidade ambiental das cidades, através da conservação do patrimônio ambiental urbano, tanto o construído como o natural e paisagístico.

Para Maymone (2009, p. 38), os parques urbanos são os embriões dos parques ambientais, nascidos ligados à aristocracia do século XVIII, muito mais associados ao deleite e ao lazer do que às preocupações com a proteção ambiental, o autor concorda que esta função se justifica no bem-estar social:

Os parques urbanos, em especial, têm um importante papel dentro da cidade, pois através dele pode-se proporcionar uma maior qualidade de vida à população, um local de lazer, de recreação e educação ambiental para a população residente próxima a área, como também para o restante das pessoas que podem desfrutar das várias finalidades que um parque proporciona (MAYMONE, 2009, p. 38).

Quanto ao conceito, porém, o autor explica que ainda não há um consenso entre os profissionais da área ambiental sobre a definição exata, ou um conceito definitivo que caracterize os Parques Urbanos. Ele aponta várias categorias de áreas verdes urbanas, com características espaciais diferentes entre si, a fim de ordenar o pensamento sobre quais áreas poderiam ser consideradas ou não parques (MAYMONE, 2009, p. 43).

Segundo essas reflexões, esta pesquisa considera como características da categoria parque ambiental: uma área com tamanho considerável, fora dos limites urbanos, com variados recursos naturais associados, cujo objetivo é a preservação dos recursos, por isso não admite a ocupação humana. Já os parques urbanos são áreas menores, dentro dos limites da cidade, com a função de recreação e conservação ambiental.

### 2.3. A CATEGORIA MUSEU PARQUE NO BRASIL

O conceito de parque no Brasil, como já foi visto, é complexo, pois as áreas naturais possuem variadas formas de classificação dentro dos instrumentos legais que os definem enquanto categorias. Algumas categorias, como os Jardins Botânicos, nem mesmo foram abordadas nesta pesquisa por não caber aqui aprofundar esse debate. Portanto, por parques, vamos considerar os parques urbanos, já que este conceito é o que mais se aproxima da tipologia do Museu Parque Seringal, objeto desta pesquisa e das discussões aqui pretendidas sobre o que seria um museu parque.

A categoria “Museu Parque” não foi encontrada por esta pesquisa entre as tipologias de museus mais conhecidas e discutidas na literatura da área. Por outro lado, a pesquisa encontrou museus que foram associados a parques como o Museu Paraense Emílio Goeldi (JUNIOR, 2012, p. 198), e parques que passaram por proposta de musealização como o Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro (BELLAINÉ; SCHEINER, 2013).

No primeiro caso, aparentemente, a finalidade é a de preservação do patrimônio natural a partir do parque, e de efetivar ações de salvaguarda e pesquisa científica desse patrimônio a partir do museu. No segundo caso, a ideia central é de que os parques são passíveis de musealização a partir do potencial museal que possuem. Isso não significa dizer que as demais instituições dessa natureza tenham usado do mesmo entendimento ou que esse seja um entendimento único, outras motivações em associar as duas instituições certamente existem.

Experiências semelhantes têm sido comuns em todo o Brasil. Segundo Barroso (2014, p. 13-14), por conta das ocupações indevidas na área da Reserva Adolpho Ducke, no Estado do Amazonas, medidas de preservação foram colocadas em prática por meio da criação associada de um jardim botânico e de um museu o MUSA – Museu da Amazônia com fins de preservação:

Fundado no mesmo ano em que passou a atuar no Jardim Botânico de Manaus, o Musa é uma instituição laica de divulgação científica que, por meio da pesquisa e da exposição para fins educacionais e turísticos, tem por objetivo pensar, dar valor, popularizar e aprofundar o significado histórico, cultural e científico das comunidades e biomas da grande bacia amazônica (BARROSO, 2014, p. 15).

Nota-se que o museu foi criado e associado a uma área de reserva ambiental para dar suporte ao patrimônio cultural, intrínseco no aspecto natural do patrimônio local. Ele ainda funciona como veículo de pesquisas e ações educativas no âmbito cultural e histórico, a fim de promover o valor dos grupos humanos locais e da biodiversidade da bacia amazônica. Nesse sentido, o jardim botânico promove a salvaguarda do patrimônio natural enquanto o museu trata do cultural. A autora ressalta o quanto a parceria do MUSA tem sido produtiva e os resultados positivos.

A associação dos museus com parques, ou qualquer outra área de preservação ambiental, fundamenta-se na salvaguarda do patrimônio natural e cultural, e no entendimento de que um é intrínseco ao outro.

De acordo com Zanirato e Ribeiro (2006, p. 256), os debates que propõem a associação entre patrimônio natural e cultural já acontecem desde 1956 quando a UNESCO, por meio do ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais, levanta o tema. A questão continua a ser tratada em Estocolmo 1972, indicando a praticabilidade da associação entre natureza e cultura, no que condiz a bens patrimoniais. A autora lembra que a referida ideia foi reforçada pela Declaração de Princípio, elaborada pela Comissão Franceschini, na Itália, 1964-1967, na qual se definiu um bem cultural como:

Todo bem que se constitua um testemunho material dotado de valor de civilização e reúna um elenco das categorias de objetos integrantes dos bens culturais, a saber: bens arqueológicos, artísticos e históricos, **ambientais**, arquivísticos e bibliográficos (ZANIRATO E RIBEIRO, 2016, p. 257. grifo meu).

Os autores ainda pontuam que os bens ambientais se configuram a partir das chamadas “zonas corográficas<sup>7</sup>”, podem se relacionar tanto a paisagens alteradas ou não pelo homem, podendo ser elementos paisagísticos:

Aqueles especificamente naturais, como as zonas territoriais em estado de natureza que tivessem caráter geográfico ou ecológico unitário e de relevante interesse para a história natural, ou que documentassem a transformação cívica do ambiente natural pela ação do homem, como exemplo as áreas naturais, as áreas ecológicas e as paisagens artificiais (ZANIRATO E RIBEIRO, 2016, p. 257).

Segundo os autores, a convenção deixa claro que a identidade cultural dos grupos humanos é construída, em grande medida, nas relações com o espaço com o qual interagem, mostrando que natureza e cultura são partes integrantes da humanidade.

Em vista de tais argumentações, acredito que a associação dos museus com parques pode ser entendida como uma parceria absolutamente cabível em qualquer parte do mundo.

A relação entre o museu e o território não é novidade no campo dos museus. Com algumas poucas diferenças os Museus de Território se mostraram um tipo especial de museus, nas palavras de Soares (2009, p. 2472). Segundo ele, desde o final do século XVIII, já havia propostas de museus com essa configuração, ideia que amadureceu para dar origem ao primeiro museu a céu aberto da Europa chamado Nordiska Museet, situado em Estocolmo. Ele explica que seu enfoque era na história da cultura local, nos modos de vida e de saber fazer das populações nórdicas. Essa tipologia de museu considera como patrimônio o espaço e a cultura local, seu objetivo é a salvaguarda do patrimônio cultural integrado do homem, e o território.

No caso dos museus de território, não há, necessariamente, a associação entre duas instituições, o território e o museu. Na realidade, o museu era o território, ele se constituía na relação entre a comunidade e o espaço, a realidade que se vive no cotidiano constituía a musealidade necessária para o museu existir.

Trago como exemplo dessa tipologia o Eco Museu da Amazônia, que, segundo Martins (2014, p. 318), foi criado em junho de 2007 com o objetivo de trabalhar a salvaguarda das expressões culturais locais integradas ao ambiente territorial, valorizando a educação e os saberes específicos dos grupos tradicionais. Ainda segundo a autora (2014, p. 320), o ecomuseu está fundamentado sobre os eixos temáticos: cultura, meio ambiente, turismo e

---

<sup>7</sup>Estudo geográfico particular de uma região ou de um país.

cidadania, o que evidencia a preocupação em ser uma ferramenta de valorização e desenvolvimento da comunidade. Sua localização abrange comunidades tanto do continente quanto das ilhas, assinalando assim a diversidade cultural trabalhada por este museu.

No caso do Parque da Tijuca no Rio de Janeiro (BELLAINÉ; SCHEINER, 2013), citado no início deste capítulo, a proposta de musealização do espaço estava fundamentada no valor de patrimônio natural, conforme a argumentação:

Utilizaremos como estudo de caso o Parque Nacional da Tijuca (PARNA-Tijuca) situado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O conceito de museu utilizado será o estabelecido pelo Conselho Internacional de Museus – International Council of Museums (ICOM). Desde 1969, o ICOM reconhece as reservas naturais como museus; e de 1979 a 2001, **passa a usar o termo parques** (BELLAINÉ; SCHEINER, 2013. Grifo meu).

A autora enfatiza que os museus vêm mudando suas perspectivas a respeito da natureza, passando de uma representação puramente estética para a visão patrimonial dela. E isso, em grande medida, vem acontecendo pela colaboração das reflexões do campo da Museologia. Não é a primeira vez que os museus mudam de atitude e se transformam em sua história.

No meu entendimento, de uma maneira ou de outra, essa experiência pode ser altamente produtiva. A associação entre o museu e o parque não impede que as duas instituições mantenham as suas identidades conceituais e trabalhem conjuntamente para alcançar seus objetivos, uma vez que as duas são instituições que pretendem a salvaguarda do patrimônio. Por outro lado, deve-se ressaltar que, se a gestão não for integrada, possivelmente haverá descompassos na atuação em conjunto. Para que isso não aconteça, é necessário haver clareza por parte dos gestores sobre onde começa um e termina o outro, para que assim as duas atuem igualmente.

Para os casos onde se entende que o parque pode passar pelo processo de musealização e vir a ser considerado museu, sua atuação torna-se mais objetiva, pois a compreensão sobre o que seja um museu está voltada para as relações da sociedade com seu patrimônio e não somente para a instituição como agente de salvaguarda. Dessa maneira, é possível pensar a categoria Museu Parque, partindo da ideia de que o próprio parque ambiental e as relações cabíveis com as comunidades locais são o museu.

As categorias de museus que buscam integrar a sociedade e o território sob o conceito de ecomuseu, Museus de Território, Museu a céu aberto e Museu de Comunidade, como já pontuado acima, têm a preocupação de salvaguardar as relações existentes entre a

humanidade e o território, com ênfase nos saberes e fazeres locais. Assim, de acordo com o país ou região, essa tipologia vai apresentar nuances diferenciadas, e até mesmo particulares e pertinentes, a cada cultura. Entendo que essa particularidade enriquece a trajetória da humanidade e dos museus, além de evidenciar a beleza que existe na diversidade. Contudo, pensar em uma categoria específica de museu que evidencie a relação específica com o ambiente natural, buscando a preservação, ou o uso sustentável dos recursos naturais, pode se constituir uma tipologia importante de museu que nomeie e posicione uma configuração de museu já existente. Seriam museus com acervos vivos, em relações vivas com o humano, ainda que com certas restrições, como em qualquer museu.

Esta categoria unificaria os conceitos de Parque Ambiental e Museu, possibilitando a aplicação das práticas museológicas aos parques ambientais, principalmente, dos que estão localizados em áreas urbanas, onde a população está mais efetivamente inserida no dia a dia, ou que atuam como parques urbanos, como é o caso do Museu Parque Seringal.

### 3. O MUSEU PARQUE SERINGAL – MUPS

Este capítulo pretende situar o leitor quanto à construção territorial, espacial e institucional do MUPS, lançando um olhar técnico do campo da Museologia sobre sua missão institucional e atuação real junto à comunidade. Aqui, pode-se perceber que a construção das relações de uma instituição museológica com seu público parte do que ela lhes oferece.

#### 3.1. O MUPS NO TEMPO E NO ESPAÇO

O Museu Parque Seringal está localizado entre o conjunto Cidade Nova VIII e Loteamento Tóquio, no bairro do Coqueiro em Ananindeua (Figura 1), na Amazônia paraense. É uma reserva ecológica de uso sustentável sob a categoria ARIE - Área de Relevante interesse Ecológico. Sua institucionalização aconteceu no ano de 2012 quando o espaço foi ressignificado, passando de um seringal para um lugar patrimonializado, atravessado por relações afetivas com patrimônio e angústias em decorrência de questões políticas locais que dizem respeito à gestão municipal do espaço.

Figura1. Mapa de localização do MUPS.



Fonte: NOGUEIRA, Juliana. (2017)

Para melhor compreensão da tipologia de museu que se configurou o MUPS, sua existência espacial e patrimonial, trago um breve panorama histórico da construção de seu território, considerando a ligação histórica deste com a expansão de Belém.

Segundo SILVA (2012, p. 73), é necessário entender que a formação da cidade de Ananindeua, onde está localizado o MUPS, é diretamente ligada ao processo de urbanização da cidade de Belém, a capital do Estado do Pará.

Minha abordagem não pretende se aprofundar nos fatos históricos envolvidos na criação da cidade de Belém, mas na forma como sua expansão influenciou a formação espacial e social de Ananindeua, e, conseqüentemente, à formação da área que atualmente corresponde ao MUPS.

Começo esta seção discutindo a expansão territorial de Belém, após isso estabeleço uma relação com a formação de Ananindeua e posteriormente do MUPS. Para isso, tomo como fontes Sarges (2010, p. 61) e Trindade Jr (1997, p. 32). Os autores concordam que a cidade de Belém nasce no século XVII como estratégia militar do colonizador português para a defesa do território amazônico contra possíveis invasões inimigas. O que se segue é a ocupação do território segundo o propósito político-econômico da coroa por uma leva de oficiais investidos da autoridade do pensamento de uma época.

Logo, os hábitos dos moradores do local seriam impactados pelas novidades trazidas pelos portugueses e o espaço totalmente modificado para atender suas demandas. Tanto Sarges (2010), como Trindade Jr. (1997), explicam como se deu a construção urbana inicial da cidade, como as ruas foram abertas e edificações erigidas dando forma o que hoje se conhece como os bairros do centro histórico de Belém.

No final do século XVIII a cidade contava com 10.620 mil habitantes (SARGES, 2010, p. 74). Em função do aumento populacional, a economia se desenvolveu e, conforme Trindade Jr. (1997, p. 32), havia forte comércio, investimentos na agricultura e o já conhecido extrativismo de insumos da floresta, além das culturas iniciais de açúcar, arroz e algodão (RODRIGUES, 1997, p. 72). A partir da extração e comercialização do látex, a cidade experimentou grande crescimento econômico que refletiu nos setores econômicos e sociais, resultando na grande prosperidade que marcou o período que ficaria conhecido como “a Belle Époque Amazoniana”.

Segundo Trindade Jr. (1997, p. 39) e Sarges (2010, p. 82), o crescimento econômico proporcionou ao estado, investir nos prédios públicos, erigindo várias edificações. Algumas

delas abrigam, atualmente, os museus da cidade. Os autores pontuam a ideia do embelezamento e refinamento da cidade pelo setor público com urbanização, abertura de ruas, calçamentos, saneamento, construção de bibliotecas, arquivos, teatros e entre outros. Levando as famílias abastadas a construírem suas moradias nos lugares altos, livres de alagamentos.

Para Trindade Jr (1997, p. 46), o Estado empreendeu processo de higienização dos bairros existentes e criação de novos bairros. Os autores relatam a explosão demográfica em Belém: imigrantes chegavam por todas as partes. De outros países e estados, todos à procura de um lugar ao sol. Assim nasceram as favelas nas áreas baixas da cidade, e, conseqüentemente, as atividades informais, fazendo com que surgisse a “necessidade” de ordenar o caos.

O Estado inicia as discussões sobre a criação de departamentos ou setores públicos para solucionar o “problema” habitacional como efeito colateral do desenvolvimento da cidade. Mais bairros necessitaram ser construídos e conjuntos habitacionais erguidos (TRINDADE JR, 1997, p. 111-123).

Assim, foram construídos conjuntos habitacionais para onde seriam remanejadas muitas famílias que moravam no centro, formando novos bairros na periferia como o bairro da Marambaia. Nesse processo, houve muitos conflitos, pois nem todas as famílias aceitavam o novo endereço por inúmeras razões, ocasionando uma crise de moradia que permeou as políticas habitacionais na cidade. Ainda assim as mudanças se concretizaram e houve o reordenamento territorial de Belém, afirma o autor.

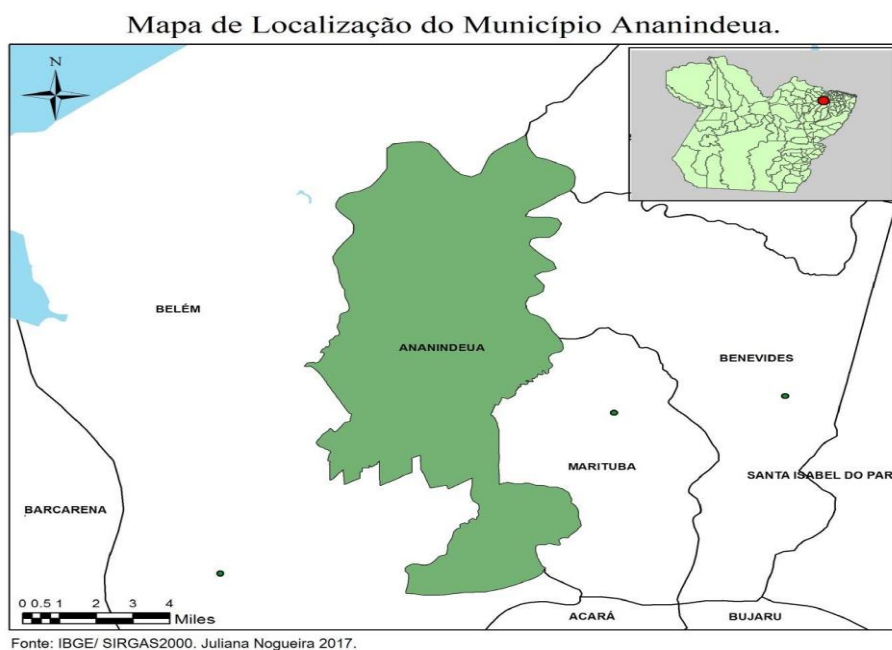
Com este relato, introduzo o histórico da formação e desenvolvimento de Ananindeua. Meu objetivo não foi levantar debates sobre as circunstâncias ou problemas que envolveram a formação e expansão do município de Belém. O escopo está em despertar a atenção do leitor para a ligação entre sua expansão e a formação do município de Ananindeua, mostrando como isso influenciou de maneira clara a formação do MUPS.

Sobre a formação e desenvolvimento deste município, Ferreira (2013:381) descreve historicamente sua origem no século XIX, a partir de um povoado em torno da estação da estrada de ferro Belém/Bragança na altura do curtume do Maguari.

De acordo com Silva (2012, p. 73-78), um dos reflexos do desenvolvimento econômico resultantes do ciclo da borracha em Belém foi a necessidade de fomentar a agricultura familiar na região bragantina, com isso, fez-se necessário criar vias que

possibilitassem o escoamento dos produtos agrícolas e fomentar a região bragantina que abastecia a capital com a construção da ferrovia Belém/Bragança. Em torno de uma das estações desta ferrovia, construída nas proximidades do antigo curtume do Maguari, formou-se o povoado que daria início, anos depois, ao município. O povoado cresceu e passou à categoria de freguesia, que, posteriormente, em 1938, tornou-se sede distrital de Belém. Em 03 de Janeiro de 1944, foi reconhecida como município (Figura 2) e ganhou o nome de Ananindeua, devido à abundância do “Ananin”, planta nativa que havia no local. A cidade manteve o ritmo de município interiorano até que, na década de 1970, foi alvo de políticas públicas habitacionais do governo federal, para a construção de unidades de moradias populares, no âmbito do programa que pretendia desenvolver a Amazônia.

Figura 2. Mapa de localização do Município de Ananindeua.



Fonte: NOGUEIRA, Juliana. (2017)

Segundo Penteadó (1968, p. 362), Ananindeua foi considerada como o local ideal para as famílias abastadas da capital construírem imóveis para passar os finais de semana. Nas palavras do autor, eram “vivendas semelhantes às rocinhas do século passado”, com vastos terrenos repletos de plantas e árvores frutíferas. Com o crescimento populacional de Belém e a ampliação da zona urbana, os novos bairros foram formados em direção à rodovia Belém Bragança, atualmente Avenida Almirante Barroso (TRINDADE JR., 1997). O autor explica que em função do aumento populacional na capital, políticas públicas habitacionais foram executadas pelo Estado para a construção de conjuntos habitacionais em Belém,

levando a população a se deslocar cada vez mais em direção ao subúrbio e expandindo a malha urbana para lugares cada vez mais afastados do centro.

Esse movimento somado à migração nordestina para a Amazônia culminou para a formação de povoados nos distritos mais próximos à Ananindeua. Com o declínio do ciclo da borracha, os investimentos de capital se voltaram para as indústrias, estas iam se instalando ao longo da rodovia, na altura do povoado próximo à Providência, dando origem ao povoado do Coqueiro (TRINDADE JR, 1997). O povoado do Coqueiro se desenvolveu com forte presença de descendentes dos imigrantes nordestinos, que aspiravam por trabalho nos pimentais ali existentes, e seringais da antiga fazenda da Pirelli S.A, no vale do rio Uriboca (TRINDADE JR, 1997, p. 377).

Inicialmente, a população de Ananindeua era composta por pelo menos duas classes sociais: as famílias ricas que passavam os finais de semana vindos da capital e os trabalhadores camponeses mesclados entre caboclos amazônicos, que compunham as classes populares, e descendentes de imigrantes nordestinos. Dessa forma, os povoados cresciam mudando a face do município.

Segundo Rodrigues (1988, p. 153), desde a década de 1940, houve uma crescente tendência da urbanização das grandes cidades, o que não foi diferente em Belém, e, posteriormente, em Ananindeua. A autora mostra como esse movimento expande a periferia de forma a segregar o espaço, onde as classes deveriam ser assentadas cada qual em sua devida “posição”.

Segundo Bogéa (2013, p. 27-35), Ananindeua se tornou o segundo maior município do Estado do Pará, e o terceiro da Amazônia em população. O autor assinala para o fato de sua população ser composta por variados grupos sociais provenientes de Belém e de outros municípios e estados do norte do Brasil. Ananindeua também é constituída por populações ribeirinhas distribuídas nas 14 ilhas que fazem parte do município, além de populações quilombolas, todas marcadas pela influência cultural, social, política e econômica da capital. Para o autor, outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do município foi o movimento constante de imigração e avanço de moradias em direção a Ananindeua, que nesse momento passa a ser considerada como subúrbio de Belém, com isso houve o desenvolvimento da vila, elevando o povoado à categoria de freguesia, e, posteriormente, em 1938, à sede distrital de Belém. Este movimento continua, até que, em 1943, chega à categoria de município.

De acordo com Rodrigues (1988, p. 141-6), as camadas populares que se estabeleceram em Ananindeua foram destinadas às áreas menos privilegiadas, visto que a ocupação do cinturão industrial ocorreu nas áreas mais privilegiadas. Ela explica que nas décadas de 1970 e 1980 houve intensificação das ocupações espontâneas no bairro Coqueiro, no entorno do conjunto habitacional Cidade Nova<sup>8</sup>, construído pela Companhia de Habitação do Estado do Pará- COHAB/PA, com residências populares para a população de baixa renda.

Desde sua construção na década de 1970, o Complexo Habitacional sofreu mudanças estruturais significativas, passando de um bairro unicamente residencial para também comercial e de serviços, motivo que favoreceu ainda mais as ocupações espontâneas em seu entorno (OLIVEIRA, 2008, p. 46). No tocante ao seu ordenamento interno, foi subdividido em nove subconjuntos, iniciando com Cidade Nova I, II, III, IX, IV, V, VI VII e finalizando com Cidade Nova VIII. Conforme o conjunto se desenvolveu economicamente, passou por mudanças em sua infraestrutura, recebeu saneamento básico, construção de escolas e unidade de saúde. Algumas áreas verdes ali existentes foram transformadas em praças e outras em complexos esportivos.

Segundo Rodrigues (1998, p. 147), a área comprada pela COHAB/PA, inclusive o subconjunto Cidade Nova VIII, pertencia a um grupo de 11 famílias de imigrantes japoneses.

Segundo Muto (2010, p. 153), os imigrantes japoneses que se instalaram no Coqueiro buscavam se estabelecer nas proximidades dos centros urbanos em busca de oportunidade para desenvolver a cultura de hortaliças:

Após a Segunda Guerra Mundial, vários redutos dessa etnia se formaram no entorno da cidade de Belém, especialmente em Coqueiro (distrito de Ananindeua) para plantar hortaliças e pimenta-do-reino. O primeiro residente japonês de Coqueiro foi Sadao Hasegawa que saiu de Belém em 1953. Nessa época, vieram também Sukenobu Tatiwa e Toichi Kawachi de Capanema. Coqueiro era então uma área agrícola do lado esquerdo da estação Providência, no quilômetro 14 da Estrada de Ferro Bragança (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 148). No auge da produção de Coqueiro, em 1956, foi fundada a Cooperativa Produtora Paraense, por Sadao Hasegawa, Toshiko Ohashi, Yasuo Ohashi, Shin-ichi Kawachi e Yoshimasa Ito, cuja sede transferiu-se posteriormente para Santa Izabel do Pará. Os colonos remanescentes de Coqueiro passaram da plantação de pimenta para o de hortaliças e avicultura. (MUTO, 2010, p. 223-4).

Em sua análise sobre a segregação das camadas populares em direção ao subúrbio e como as políticas públicas voltadas para a habitação são formas de controle da sociedade

---

<sup>8</sup> Segundo Oliveira (2008, p. 46), dada a sua extensão o Conjunto Cidade Nova pode ser classificado como um complexo habitacional por possuir mais de 19 mil unidades residenciais além de espaço para construção de edificações que atuam como equipamento de gestão pública como escolas, hospitais postos de saúde praças, e outros.

mais carente, Rodrigues (1998, p. 141) explica que a área pertencente à COHAB/PA e até mesmo as particulares foram objeto de disputas por posseiros que terminaram ocupando parte da área.

### 3.2. A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO MUPS

Para entender como se deu a institucionalização do MUPS (Figura 3) e suas relações com as comunidades locais, realizei pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo visando saber sobre sua institucionalização. Pesquisei seus documentos de criação nos *sites* oficiais da prefeitura municipal de Ananindeua, objetivando verificar a veracidade do que estava sendo proferido sobre o museu em estudo nas mídias sociais, *blogs* e jornais eletrônicos<sup>9</sup>. Como técnicas de campo, realizei entrevistas com moradores do entorno e com visitantes, apliquei questionários com funcionários do museu, além das conversas informais e da observação do cotidiano do museu e de seu entorno. Trago ainda, um gráfico com os resultados de um estudo de público que participei no MUPS juntamente com uma equipe de seis alunos da turma de Museologia 2014 Universidade Federal do Pará- UFPA com questionário, por ocasião de uma das disciplinas de Laboratório de Estudo Público realizada no primeiro semestre do ano de 2017<sup>10</sup>.

Figura 3. Fachada do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

<sup>9</sup>Disponível em <http://adrielsonfurtado.blogspot.com.br/2013/02/seringais-de-ananindeua.html>  
Acesso em 13.12.2017.

<http://www.diarioonline.com.br/noticia-216139-parque-seringal-e-o-primeiro-museu-de-ananindeua.html> Acesso em 13.12.2017.

<sup>10</sup> Disciplina ministrada para a turma 2014 do Curso de Museologia-UFPA, pela professora Paula Silva no primeiro semestre de 2017. Os colegas que participaram da pesquisa são: Aymêe Marçal, Ana Daniela Nogueira, Andrey Leão, Leonardo da Silva, Marcela Rayol, Mateus Reis, Rayana Silva.

As entrevistas gravadas tiveram como propósito compreender a relação que o MUPS, enquanto instituição estabeleceu com as comunidades de seu entorno. Realizei entrevistas gravadas com três (03) moradores da Cidade Nova VIII, travessa WE 34; quatro (04) moradores do Loteamento Tóquio, ruas 33 e Presidente Medisse; três (03) funcionárias da escola mais próxima ao museu - Escola Municipal de Ensino Fundamental União e Fraternidade, um (01) visitante, e dois (02) graduandos em Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural do Pará, que estavam, por ocasião desta pesquisa, estagiando no MUPS, e um (01) funcionário, totalizando 14 entrevistas<sup>11</sup> gravadas.

O critério de seleção dos participantes foi morar nas proximidades, estarem visitando o espaço, além de serem maiores de 16 anos. Alguns outros indivíduos foram abordados, mas preferiram não falar oficialmente por questões pessoais. Entre os moradores do conjunto Cidade Nova, poucos foram acessíveis, já os do Loteamento Tóquio demonstraram mais interesse em colaborar. É provável que isso ocorra por causa de algumas tensões existentes, percebidas em algumas falas informais, entre integrantes desta comunidade e a gestão municipal da instituição, ou mesmo por outras questões.

O foco principal da entrevista foi saber há quanto tempo aquelas pessoas conheciam o lugar, se já estavam lá quando o espaço foi institucionalizado, as formas que usam o MUPS, o que mais gostam ou não no espaço e suas percepções a respeito do Seringal.

Já os questionários com funcionários tinham por objetivo conhecer, institucionalmente, o museu, sua gestão, os projetos e ações que promove, além de perceber qual a visão que os profissionais têm do museu e de sua relevância como um equipamento cultural do município. Apliquei ao todo cinco (05) questionários<sup>12</sup> entre funcionários de variadas funções do museu.

Nas conversas informais com os funcionários e nas observações do cotidiano deles na instituição, pude perceber como eles se relacionam com a gestão municipal do museu e com as comunidades do entorno. De um modo geral, eles têm um olhar crítico sobre a falta de investimentos em manutenção do espaço e fomento a práticas culturais necessárias ao funcionamento do museu. No tocante às comunidades, percebi disposição e comprometimento em atendê-las.

---

<sup>11</sup>Ver roteiro das entrevistas apêndice B.

<sup>12</sup> Ver Apêndice A.

Sobre a configuração do território e seu desenvolvimento do município onde está localizado o MUPS, foi necessário saber suas origens para entender melhor as origens do próprio território do museu, já que se relacionam entre si. Procurar suas raízes me ajudou a compreender a sua trajetória e as relações que se estabeleceram entre a instituição e as comunidades locais, embora esta pesquisa se refira às comunidades mais próximas.

Segundo Rodrigues (1998, p. 147), essa área, anteriormente compunha os lotes agrícolas pertencentes a um grupo de 11 famílias de imigrantes japoneses que foram adquiridos pela Companhia de Habitação do Pará - COHAB/PA para a construção do conjunto habitacional Cidade Nova. Uma parte do terreno, pertencente à Terezinha Hasegawa que, de acordo com o Termo formal de Partilha, lavrado no cartório do 1º Ofício de Órgão, ausentes e interditos de Belém-Pará<sup>13</sup>, herdou por ocasião do falecimento de seu pai – Sadao Hasegawa (MUTO, 2010, p. 223) - a área onde atualmente se encontra o Loteamento Tóquio.

Durante o processo de construção do conjunto habitacional Cidade Nova, do subconjunto VIII e do loteamento Tóquio, foi preservada a área do MUPS com aproximadamente 12 mil<sup>14</sup> m<sup>2</sup>, contendo uma plantação com 118 seringueiras (*Hevea brasiliensis*) (segundo o último levantamento feito pela gestão local em 2016), que ficou conhecida entre os moradores do entorno como “O Seringal”. Em média trinta anos depois o bairro se desenvolveu economicamente e foi alvo de políticas públicas de urbanização e saneamento básico.

Os moradores do entorno do Seringal cobraram, da gestão do município, ações que possibilitassem o uso social do Seringal, já que se tornara um lugar perigoso para a vizinhança por falta de tais medidas. Em 2012, a gestão do município por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente do Município – SEMA projetou e executou ações de ressignificação do espaço que envolvia a sua estruturação física para transformá-lo no Museu Parque Seringal.

A ressignificação incluía medidas legais de patrimonialização que o tornou uma unidade de conservação de uso sustentável através da **Lei municipal nº 2.560**<sup>15</sup>, publicada no **Diário Oficial nº 1449**<sup>16</sup>; o cadastro no Sistema Nacional de Unidades de Conservação -

---

<sup>13</sup>Registro de Imóveis 2º OFÍCIO, Protocolo nº 4102, de 26/017/1977, 1977

<sup>14</sup> Ver detalhamento de UC Anexo- C

<sup>15</sup>Ver anexo-A

<sup>16</sup> Ver anexo-B

SNUC, sob a categoria Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, sendo oficialmente inaugurado em 04 de abril de 2012, sob a gestão da SEMA.

Como medidas de estruturas internas que possibilitassem os novos usos, o espaço foi delimitado com cercas, o que limitou o acesso da comunidade a horários estabelecidos pela gestão municipal. Em seu interior, foram erguidas edificações em madeira, para dar suporte às atividades planejadas para a comunidade. As edificações são: o Anfiteatro, três quiosques e o Museu do Seringueiro.

O Anfiteatro (Figura 4) é utilizado como sede da gestão local e como salas de apoio para práticas que demandem ambiente interno. Seu pátio externo serve de apoio para práticas externas. Os quiosques servem de apoio para a guarda local e outros.

Figura 4. Anfiteatro no interior do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

O Museu do Seringueiro abriga uma exposição permanente que reproduz o cenário da moradia do seringueiro<sup>17</sup> e do seringalista<sup>18</sup> com objetos de trabalho e de uso pessoal comuns ao estilo de vida dos dois. Por entre as árvores foi construído um Tapiri<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Termo usado para identificar o profissional que extrai o látex usado na fabricação da borracha. O látex é a seiva da árvore seringueira.

<sup>18</sup> Proprietário de seringais na Amazônia para o qual o seringueiro trabalhava.

<sup>19</sup> Abrigo erguido no seringal, onde o seringueiro defumava o látex até formar as bolas de borrachas que seriam comercializadas.

Em uma de suas margens, com acesso externo e interno, foi construída uma edificação em alvenaria que, atualmente, funciona como um restaurante que é alugado para um empresário do município.

Para as práticas de exercício físicos foram instalados dez aparelhos (Figura 5). Neles todas as manhãs e tardes é possível encontrar pessoas da comunidade se exercitando em grupos ou individualmente.

Figura 5. Academia ao ar livre do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Para o lazer infantil, foi construído um *playground* (Figura6), muito apreciado pelas crianças nos fins de tarde. É uma opção muito apreciada pela comunidade do entorno, pois representa um momento de interação com a vizinhança e um lazer familiar conforme falas dos entrevistados que serão inseridas no capítulo seguinte.

Figura 6. *Playground*, interior do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Entre as estruturas de apoio, foram colocadas placas informativas (Figura 7) para guiar os visitantes. Assim como: postes de iluminação, lixeiras padronizadas, plantas ornamentais e via para prática de caminhadas próximas às cercas que circundam todo o espaço, além de trilhas definidas por entre as seringueiras.

Figura 7. Sistema de placas informativas MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Segundo os documentos verificados, o MUPS foi institucionalizado a partir de políticas públicas para a conservação de áreas naturais através da inscrição no SNUC, o que lhe conferiu status de Unidade de Conservação de uso sustentável, dividida em sete subcategorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O MUPS foi inscrito na categoria ARIE que tem as seguintes características:

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e **tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.** § 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico (BRASIL, 2011, p. 12, grifo meu).

As disposições descritas na lei municipal que criou a ARIE MUPS são mais abrangentes, no tocante às suas normas de uso e objetivos, do que as descritas pelo SNUC. Elas incluem o caráter educativo e cultural voltado para as questões ambientais, visando além de conservar o patrimônio natural do município, reconhecer as identidades patrimoniais e culturas locais, considerando as seringueiras presentes no espaço como bens culturais, símbolos do ciclo da borracha e sua relação com a região amazônica, conforme descreve o documento:

Art. 1º Fica estabelecida as normas de uso público da ARIE “Museu Parque Seringal”, neste Município.

Art. 2º A ARIE “Museu Parque Seringal” é uma unidade de Conservação Municipal e tem como principais objetivos:

**I – manter o ecossistema natural de importância regional e local;**

**II – garantir a preservação, a pesquisa e a proteção da fauna e da flora ali existentes;**

**III – promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município;**

**IV - proporcionar o resgate da identidade patrimonial histórica e da cultura locais, com destaque à valorização do Ciclo da Borracha;**

**V – proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado (ANANINDEUA, 2012, p. 8. Grifo meu).**

Ao se incluir o item III e V na descrição dos objetivos da ARIE MUPS, o espaço foi alvo de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio natural do município por meio de sua salvaguarda e da educação ambiental voltadas para a preservação do patrimônio natural.

O item IV incluía responsabilidade da preservação da memória identitária do seringueiro, do seringalista e do ciclo da borracha e de suas questões sociais. Nota-se que, ao vincular a ideia de identidade cultural local associada ao ciclo da borracha, a lei de criação da ARIE MUPS finda delimitando a face museológica da instituição e justificando a presença do museu nos limites da ARIE. Dessa maneira, o que ocorreu como discutido no capítulo anterior, foi a associação entre o museu e uma ARIE de proteção ambiental.

O primeiro, uma instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural e a segunda um equipamento de proteção ambiental.

Nestes termos, é possível afirmar que, legalmente, o MUPS não é um parque ambiental, pois tanto em seus documentos de criação como em sua configuração espacial e recursos naturais não cabe esta titulação, ele se aproxima melhor do conceito de parque

urbano, conforme descrito no capítulo anterior. Existe assim, uma confusão identitária institucional no MUPS que será tratada no capítulo seguinte.

### 3.3. OUTROS OLHARES SOBRE O MUPS

A gestão do MUPS está sob a responsabilidade da prefeitura municipal de Ananindeua, via SEMA, que disponibiliza uma equipe interdisciplinar de funcionários para sua gestão local, manutenção e realização de atividades culturais.

A equipe técnica do MUPS é constituída pelos seguintes profissionais: gestor local - responsável pela administração, um engenheiro florestal - responsável pelas ações de educação ambiental e técnicas de manejo do parque, juntamente, com uma equipe interdisciplinar composta por oito funcionários divididos nas atividades de manutenção e programações desenvolvidas no local, e dois estagiários.

Com relação ao seu funcionamento, o MUPS é aberto ao público de terça à sexta-feira, de 07.00h às 19.00 h, fechando para almoço dos funcionários no período de 12.00h às 15.00h. Nos sábados, domingos e feriados, o MUPS, abre em horários programados.

Os visitantes podem entrar livremente e dispor do espaço, cuidando apenas em observar o regulamento. No geral, pela manhã, os visitantes usam o espaço para caminhadas e para fazer exercícios na academia ao ar livre, e entre outras atividades.

As programações promovidas pelo MUPS são voltadas para temáticas do calendário anual nacional, como: Festa Junina, Dia das Mães, Dia das Crianças, Dia da Árvore, Dia do Meio Ambiente e Dia do Índio. Contudo, nem sempre é possível cumprir o calendário na íntegra.

No período da tarde o local serve como ponto de encontro de jovens e adolescentes e de famílias que levam suas crianças para passeios vespertinos. É comum também a prática de ensaios fotográficos infantis, de gestantes e casais de namorados, que aproveitam a estética da paisagem. Muitos estudantes das escolas próximas frequentam o espaço para conversar à sombra das árvores.

Concernente à atuação do Museu do Seringueiro (Figura 7), criado juntamente com o MUPS, suas visitas necessitam ser agendadas previamente, pois o espaço não permanece aberto no mesmo horário de funcionamento do parque. As visitas estão disponíveis para grupos de pessoas e escolas, nesse caso, é disponibilizado um monitor para auxiliar.

A instituição passa por sérios problemas administrativos em razão da falta de investimentos em manutenção. As edificações, construídas em madeira, encontram-se em avançado estado de degradação, apenas cinco anos após sua inauguração. Existem tábuas soltas e buracos por todo o pátio externo e telhado. Esta condição impede a circulação de pessoas, principalmente de crianças. Por esta razão, a gestão local decidiu fechar a exposição como medida de segurança, até que reformas possam ser efetuadas no prédio.

Figura 7. Museu do Seringueiro, no interior do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Outra questão que compromete o funcionamento do museu é que o Tapiri (Figura 8), parte integrante do circuito de visitas da exposição desabou há algum tempo e até a conclusão desta pesquisa não havia sido reconstruído. A exposição interna visa dialogar com esta edificação e sua ausência compromete o circuito expográfico, pois quebra com a reflexão proposta pela mesma.

Figura 8. Vestígios do Tapiti, interior do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Outra questão preocupante na atuação do MUPS é a falta de segurança, tanto para os funcionários como para os visitantes. Há mais de um ano o posto da guarda municipal (Figura 9), que dava suporte para a segurança local foi retirado pela prefeitura. Segundo relatos, os assaltos e o consumo de entorpecentes no local têm se tornado constantes. Sem a presença da guarda, a insegurança toma conta de todos. Este é um problema sério para uma instituição que depende do público para atuar. As invasões nos horários em que o MUPS está fechado são frequentes. Se mencionarmos a falta de pessoal para atender a demanda e a falta de manutenção do espaço, a situação chega a beirar o caos.

Figura 9. Quiosque da guarda, interior do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Embora o Museu do Seringueiro tenha sido criado no mesmo ato oficial que criou a ARIE, não foi dada continuidade à documentação necessária que norteia as ações museológicas em direção a sua missão, e, conseqüentemente, sua atuação junto à comunidade. Possivelmente, isso leve a instituição a não ter clareza sobre quais os objetivos museológicos e os mecanismos que podem ser usados para alcançá-los, criando pontos de fragilidade para o museu que podem comprometer seu desempenho. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM:

“Todo museu deve ter base legal. Para o seu melhor funcionamento, recomenda-se o atendimento dos seguintes itens: 1.decreto, lei, portaria, ata ou outro diploma legal que registre a criação do museu; 2.documento que defina seu estatuto jurídico e sua natureza administrativa; 3.regimento interno, no qual serão estabelecidos: propósitos, objetivos, política institucional, papel e composição da diretoria, assim como formas de manutenção; 4.organograma; **5.Plano Museológico (compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos**

**objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento);**9 6.local de instalação do museu, seja ele virtual ou físico, permanente ou temporário, nômade ou enraizado no território, ou mesmo reunindo e combinando diferentes possibilidades; 7.plano de ocupação dos espaços (salas de exposição, reserva técnica, salas administrativas, espaço de ação educativa e cultural, espaços de serviços, espaços de circulação, sala de segurança, outros espaços); e, 8.quando for o caso, identificação de percursos e roteiros no território de atuação do museu. (, BRASIL, 2009, p. 40. grifo meu).

Embora a associação entre UCs e museus seja um recurso proveitoso – como já pontuado no capítulo anterior – os museus são instituições que têm identidade e modo de atuação própria. Talvez a falta do entendimento sobre o papel de um museu tenha levado a gestão municipal a vê-lo apenas como um elemento secundário e com atuação irrelevante. Esta visão vai refletir no modo como o MUPS atua em suas práticas diárias, que se tornaram mais voltadas para o seu aspecto ambiental de parque urbano, esmaecendo, assim, a face museológica descrita em seu decreto de criação no item IV, que enuncia: “Proporcionar o resgate da identidade patrimonial e histórica da cultura local, com destaque a valorização do ciclo da borracha” (Figura 10). Como já elucidado, os usos cotidianos do espaço da maneira descrita não garantem por si só que este objetivo seja alcançado. Para isso, faz-se necessária a atuação do museu, pois ele é a ferramenta que pode trabalhar essa questão de maneira integrada com o parque.

Figura 10. Exposição no interior do Museu do Seringueiro.



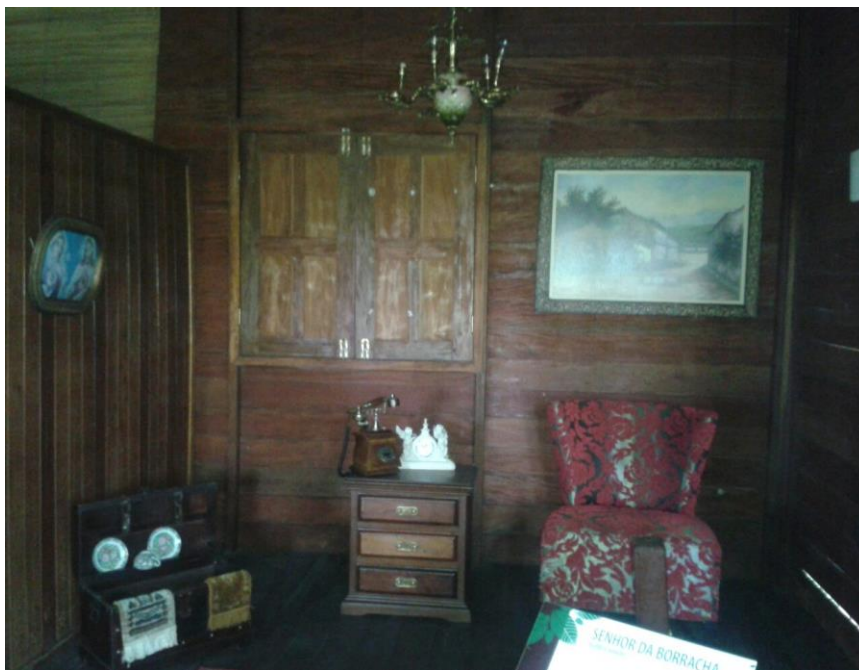
Fonte: MARTINS, Gabriela. (2016)

Não levanto essas questões para desqualificar as ações cotidianas do parque. Até porque as atividades ali realizadas e os usos que a comunidade faz do espaço, causam

admiração assim como a dedicação dos profissionais responsáveis por sua gestão local, que não desvanecem diante das dificuldades oriundas da falta de investimentos públicos na instituição, mas, para dizer que ao serem criados juntos, tanto o museu como o parque, devem sincronizar os seus passos a fim de alcançarem objetivos que são não apenas comuns, mas indissociáveis.

O museu não se resume a uma área expositiva (Figura 11), há no seu bojo de funções inúmeras outras atividades que não estão sendo realizadas no MUPS.

Figura 11. Exposição no interior do Museu do Seringueiro.



Fonte: MARTINS, Gabriela. (2016)

Para que o museu se torne tão atuante quanto o parque, a gestão necessita, antes de tudo, compreender o que seja um museu e acionar profissionais que possam dar suporte teórico e metodológico para a execução de um planejamento museológico.

Segundo Candido (2014, p. 69), os museus necessitam de discussões e aprofundamentos sobre sua missão em longo prazo. Assim, discutir, planejar e executar a tarefa museológica exige esforço e investimentos que os gestores terão que imprimir para que o primeiro e único museu do estado do Pará, com esta temática tão relevante, possa desenvolver seu papel social.

#### 4. UM PATRIMÔNIO, MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES

Este capítulo objetiva discutir as seringueiras do MUPS como um patrimônio que pode ser trabalhado pelo parque e pelo museu, pois oferece muitas possibilidades de reflexão e usos. Parto do princípio de que a configuração atual do Museu Parque só foi possível pela presença dessa tipologia específica de árvore. Cabe à gestão criar mecanismos que viabilizem sua promoção junto à comunidade.

##### 4.1. DAS SERINGUEIRAS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL QUE SIGNIFICAM O MUSEU.

Nesta seção pretendo discorrer sobre as seringueiras enquanto patrimônio cultural presente no MUPS, suas relações com as comunidades locais e com a instituição (Figura 12). Para melhor entendimento, trago um breve histórico do conceito de patrimônio através da história, e, em seguida, apresento questões relacionadas à sua histórica relação com os seringueiros, introduzo as falas dos funcionários e trago à luz como eles percebem o museu e o parque.

Figura 12. Seringueiras no interior do MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Segundo a perspectiva do antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2009, p. 26-26), nas sociedades primeiras, o colecionismo, em certo sentido, pode ser considerado o embrião da relação de afeto das pessoas com as coisas. Colecionar coisas consideradas importantes foi uma prática comum nessas sociedades; ainda que com propósitos diferentes, esse costume se traduz em um processo de formação de “patrimônios”. Patrimônio, portanto, seria para o

antropólogo uma categoria de pensamento, ou seja, uma forma específica de atribuição de valor a coisas e objetos. Ele explica que essa experiência foi muito importante para a vida social e mental dos coletivos humanos no passado.

Segundo Choay (2006, p. 1), na antiguidade, a noção de patrimônio passou a ser ligada ao entendimento econômico, na esfera jurídica dentro da estrutura familiar, representando assim, um conjunto de bens de valor material que poderia ser transmitido de uma geração para a outra, apenas focado na materialidade dos bens financeiros e no senhorio paterno. Somente a partir do século XVIII, com a formação dos estados nacionais, esta categoria começa a tomar a conotação semântica que vemos na atualidade.

Lima (2012, p.32-36) ressalta que a ideia de patrimônio como bem público, comum a todos, constrói-se por volta do final do século XVIII com a Revolução Francesa e o advento dos estados nacionais, quando se amplia da esfera individual (o pai) para a esfera coletiva (o Estado). Sendo o Estado responsável por sua salvaguarda, a ele também está o dever de protegê-lo dos efeitos danosos naturais ou intencionais, surgindo aí o conceito de patrimônio histórico focado nos objetos.

Ainda segundo Lima (2012), no século XIX, os campos do conhecimento se compartimentam, e, com isso, vários conceitos de patrimônio vão surgindo. Em função disso, originam-se duas grandes classes: patrimônio natural e patrimônio cultural. Estes dois conceitos embasam o padrão da origem definidora dos elementos característicos dos bens patrimonializados. Como em um processo contínuo, explica a autora, elementos provenientes da natureza são inseridos nos grupos de preservação, ampliando as dimensões gerais deste conceito, dessa forma, passa-se a entender que, homem e natureza necessitam estar em harmonia e equilíbrio, contemplando a face imaterial da relação homem/natureza.

Tendo em vista que a natureza é considerada patrimônio cultural (ZANIRATO & RIBEIRO, 2006) e sua salvaguarda uma responsabilidade do Estado, mediante mecanismos como parque ambientais e museus, acredito que as seringueiras presentes no MUPS passaram pelo processo de patrimonialização pela representação cultural que carregam. Sua relação com a região amazônica aconteceu desde que se tornaram uma opção de sustento para as famílias da região.

Segundo Dumas dos Santos (2000, p. 69), até a década de 1980 os seringais predominaram no cenário amazônico, sendo uma das principais “marcas culturais” presentes no cotidiano de grande parte dos grupos sociais locais, representando mais que uma atividade

latifundiária, mas uma “engrenagem econômica, política, social e cultural”, com bases fundamentadas desde a colonização da região. Apesar do estado do Acre, segundo o autor, ser reconhecidamente um dos estados da região norte mais significante na cultura da borracha, esta foi uma prática comum em toda região.

Segundo Da Silva e Da Costa e Silva (s/d), em torno de 500.000 (quinhentos mil) imigrantes vieram para a Amazônia em busca de trabalho nos seringais, isso demonstra o impacto que a atividade exerceu na região. Mesmo com toda essa estrutura, segundo Bueno (2012, p. 16), o ciclo da borracha teve seu início, expansão e fim, tornando-se, atualmente, uma atividade secundária. Esse ciclo, porém, não se deu de maneira pacífica ou justa, muitos foram os conflitos envolvidos na trajetória histórica dos seringais.

Segundo Almeida (2004, p. 33), até a década de 1970 os profissionais que trabalhavam nos seringais eram totalmente esquecidos pelo poder público. Por iniciativa própria iniciaram um processo de organização sindical que lhes conduziu durante duas décadas ao reconhecimento nacional de suas atividades e foram peças fundamentais para a criação das primeiras reservas extrativistas, que garantiam seu direito à continuidade da atividade que exerciam.

Foi uma trajetória marcada pela resistência por meio de embates políticos e muitas vezes contra a própria organização interna, que contava com líderes desleais à causa. O autor afirma que muitas das conquistas que deram força à ideia de desenvolvimento sustentável na Amazônia tiveram origem na luta dos seringueiros, principalmente, após a morte de um de seus maiores representantes: Chico Mendes.

O autor lembra ainda que o movimento dos seringueiros ficou conhecido internacionalmente e dividiu opiniões acerca de sua procedência. Enquanto uns reforçavam os pontos positivos, como dar voz a grupos marginalizados pelo poder econômico, expor ao conhecimento social as temáticas sobre a devastação da floresta pelos grandes latifundiários e reforçar o discurso crítico sobre as desigualdades sociais que marcavam – e ainda marcam o país; outros, criticamente sugeriam que os seringueiros não passavam de marionetes nas mãos de poderes superiores globais, que os usavam em favor de seus próprios interesses.

De uma forma ou de outra, os seringais e sua relação com os “povos da floresta”, nas palavras de Almeida, marcaram indelevelmente a história da região amazônica, deixando um legado de lutas e resistência na memória social local, que ficou registrada na literatura

nacional como mais um, entre tantos outros exemplos, de que os grupos minoritários não estão apáticos frente as injustiças sociais vividas (ALMEIDA, 2004).

É essa realidade histórica vivida pelos seringueiros na Amazônia que está implícita nas árvores, que formam qualquer seringal, em qualquer parte da região, inclusive nas seringueiras do MUPS, que ao passarem pelo processo de patrimonialização através de políticas públicas preservacionistas se tornam objeto de memória histórica regional. Para essa ideia, tomo a perspectiva de Jacques Le Goff (1990, p. 366), sobre a memória que constrói o passado individual ou coletivo, criando assim a possibilidade de existirem lugares que cristalizam essas memórias (ibidem, 380). O MUPS e as seringueiras podem ser considerados esse “lugar de memória” histórica (NORA, 1993, p. 8), e, por isso, passou pelo processo de patrimonialização que ressignificou o espaço.

Segundo Lima (2017), a patrimonialização é um conjunto de práticas implementadas por instâncias oficiais, que atribui ao bem patrimonializado uma chancela que garante seu valor cultural e simbólico, a fim de garantir investimentos públicos para sua manutenção.

Nesse sentido, acredito que as seringueiras pertencentes ao MUPS, assim como as memórias que carregam ao passar pela patrimonialização, estão imbuídas de sentidos culturais que transformam o espaço do MUPS e ganham força social por intermédio das relações construídas no seu dia a dia.

Uma importante ferramenta que possibilitará que estas relações sejam construídas no cotidiano do MUPS é o Museu do Seringueiro. Ele pode atuar de maneira colaborativa valendo-se de práticas museológicas de seu universo institucional. Esse é o diferencial do MUPS, pois se não fosse pelo valor patrimonial das seringueiras, o espaço possivelmente teria sido aproveitado de outros modos, como uma praça, a exemplo do que aconteceu com tantos outros espaços no mesmo bairro.

Para Pierre Nora (1993, p. 13), os lugares de memória são “arquivos” para guarda da memória que manifeste sua abstração. A memória patrimonial histórica das seringueiras se manifesta na materialidade da espécie e na imaterialidade da relação com coletivos que delas tiravam seu sustento no passado, como os seringueiros; ou nas memórias do desenvolvimento econômico de em Belém e nas memórias dos conflitos sociais, que marcaram essa história. Por isso, o MUPS pode ser o “arquivo” de salvaguarda da materialidade que constitui essas memórias.

O Museu do Seringueiro presente no interior do MUPS pode ser o acervo de salvaguarda da imaterialidade e responsável pela promoção do patrimônio do MUPS, registrando-as como em “um, livro de memórias”, aberto à leitura de toda a comunidade, segundo a perspectiva de Daniel Café:

Deste modo, o museu é muitas vezes apelidado de “livro de memórias de um povo” já que possibilita a reconstrução de identidades culturais, através da interpretação do patrimônio exposto educando a sociedade para a sua cultura, para a sua própria existência e vivência, tudo isto baseado na visualização, experimentação e ação. Ainda, este constitui-se como força regenerativa cultural e patrimonial da sociedade moderna. O museu revela ser um espaço de resistência face à massificação cultural, onde o objecto em exposição não é apenas um artefacto material, mas também uma narrativa, um relato sobre nós próprios ou sobre os outros (CAFÉ, 2007, p. 49).

Considerando as discussões acima, proponho que a gestão municipal viabilize a possibilidade do Museu do Seringueiro trabalhar mais efetivamente as práticas museológicas, a fim de melhor explorar o potencial cultural de seu patrimônio, dinamizar as ações do museu e potencializar relações com a comunidade. Assim, tanto o parque quanto o museu estarão atuando em conjunto. Deve-se considerar, como já dito antes, que o MUPS é a única instituição no Estado do Pará que possui um Museu com essa temática.

A importância em fomentar a atuação do Museu do Seringueiro é percebida pelos funcionários. Por meio dos questionários pude observar que eles reconhecem o MUPS como um parque com potencial histórico, social cultural e natural das seringueiras:

Este espaço foi o que restou de uma grande plantação de seringueiras plantadas por uma colônia japonesa e imigrantes nordestinos que aqui se estabeleceram na metade do século passado. Área que foi vendida para a construção daquele que foi o primeiro grande projeto habitacional do governo militar no estado do Pará sob responsabilidade da COHAB... **De suma importância! Não somente por preservar parte dá história do local** que se tornaria o quarto maior município do norte do Brasil., **mas também pela preservação de um espaço verde para a população de Ananindeua...As árvores da borracha ou seringueiras, que gerou muito dinheiro para a comercialização da exportação do látex, enriquecendo o Pará e possibilitando a reestruturação urbana de Belém, no que tange sua arquitetura e aglutinação de imigrantes nordestinos para a formação do nosso povo.** Espaço verde que ameniza o calor do concreto e asfalto (PEGORARO, 2018. grifo meu).

Nas palavras de Pegoraro (2017), percebe-se a noção equilibrada entre o entendimento da importância ambiental e cultural do MUPS. Nota-se ainda o papel do Museu do Seringueiro (Memorial) como a ferramenta institucional, que pode levantar questionamentos e reflexões pertinentes ao tema do período da borracha, através da pessoa do “senhor da borracha e do seringueiro”, retratando o trabalhador dos seringais e sua luta por sobrevivência.

Essas reflexões demonstram as muitas possibilidades de apreensões do patrimônio cultural existente no MUPS. As seringueiras possibilitam, ao Parque e ao Museu, variadas e complementares formas de usos do espaço. Com elas, não se pretende exaurir as possibilidades e questões sobre o MUPS, mas abrir caminho para as reflexões e debates na área da Museologia voltadas para esta instituição.

A patrimonialização do seringal e a criação associada de um museu foi uma proposta clara de preservar o patrimônio natural e fomentar o patrimônio cultural, a partir de um único bem patrimonializado, as seringueiras. Assim, o que se pretendeu fazer, de acordo com a lei de criação da ARIE, (ver citação da lei na página 35, capítulo 3) não será alcançado na íntegra caso não haja ações efetivas nesse sentido. Portanto, o Museu do Seringueiro, embora alvo de certa confusão identitária institucional sobre seu papel, uma vez que atua como espaço expositivo, é legalmente um Museu, mas se apresenta ora como memorial, ora como Museu do Seringueiro, (isto pode ser observado na imagem 7, que mostra sua placa de fachada e a placa lateral). Esta confusão institucional necessita ser percebida e solucionada, pois é fundamental para a atuação integral entre o parque e o Museu do Seringueiro porque eles dois juntos formam o MUPS.

As medidas necessárias para isso podem ser planejadas e efetuadas a curto, médio e longo prazo, desde que haja um planejamento estratégico (CANDIDO, 2014, p. 110). O planejamento além de um compromisso social, diz a autora, possibilita que o museu esteja em dia com a produção de conhecimento do seu campo de atuação.

Não ignoro, contudo, as dificuldades advindas da falta de recursos e de pessoal, que marcam a gestão dos museus no Brasil. Conforme Magalhães (2000, p. 35-42), embora administração se refira a bens privados, e gestão a bens públicos, os termos são sinônimos e conotam a mesma responsabilidade e grau de dificuldade. O autor explica como conseguiu resolver questões de orçamento no Museu Lasar Segall, em São Paulo, onde trabalhava como gestor, a partir da criação de uma associação “amigos do Museu”. Trago esse exemplo para dizer que, embora haja muitos recursos necessários para a manutenção de um espaço como o MUPS, existem mecanismos que podem ajudar nessa empreitada.

Como o exemplo supracitado, há soluções sustentáveis para certos problemas, que, podem ser viáveis quando tratadas com a devida atenção. Muitos dos problemas de falta de

manutenção no MUPS, observo, ocorrem mais por falta de atenção e dedicação da gestão municipal, do que da falta de recursos financeiros especificamente. Nesse sentido, o que pode contribuir para que as múltiplas possibilidades de atuação do MUPS a fim de atender a comunidade com seu patrimônio, depende, em grande medida, de atenção e vontade política.

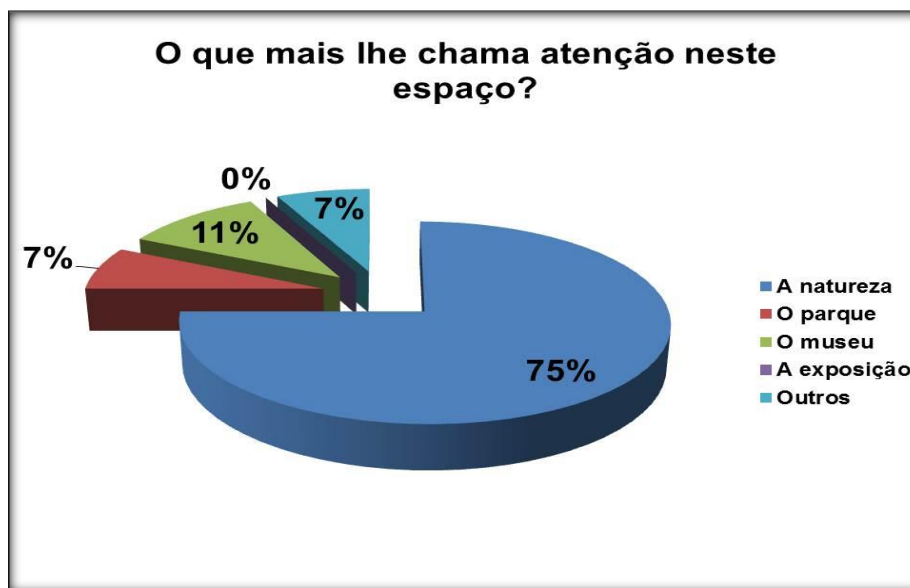
#### 4.2. AS PERCEPÇÕES LOCAIS SOBRE O MUPS

A vizinhança e os visitantes do MUPS, onde foram realizadas as entrevistas gravadas e questionários, é constituída por mais de um grupo social, nota-se isso pelas residências em que habitam e pelo estilo de vida das pessoas. Possivelmente, há entre elas diferentes oportunidades de acesso a programações culturais, tais como visita a museus, teatro, pontos de cultura e memória, e entre outros. O mesmo provavelmente acontece com as opções de lazer e entretenimento.

Partindo dessa observação, pode-se perceber que, para muitas famílias do entorno, o MUPS tem em suas programações a opção mais acessível de lazer e programação cultural, o que faz com que aumente a responsabilidade da instituição com este público. Segundo Varrine (2012, p. 172), o museu, suas práticas e teorias museológicas podem ser úteis para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde esteja inserido, por isso o MUPS é a opção acessível para lazer e promoção cultural para a comunidade mais carente que, na maioria das vezes, é privada do acesso a outros equipamentos culturais.

Para o autor (VARRINE, 2012, p. 178), o patrimônio não precisa necessariamente ser neutralizado para apenas ser exposto num museu, ou em um determinado local da cidade, para ele, isso seria tornar o patrimônio estéril. O ideal, segundo ele, é usar o patrimônio a serviço da comunidade. Nesse sentido, disponibilizar o espaço para o lazer da comunidade condiz com um uso do patrimônio local a serviço da comunidade. O que questiono aqui é o desenvolvimento cultural da comunidade, que está para além do lazer e conforto físico que o parque proporciona, e que discuto a partir dos questionários feito com os visitantes mencionados no gráfico a seguir (Figura 13).

Imagem 13. Gráfico Pesquisa de Público no MUPS



Fonte: TURMA, Museologia. (2014). Equipe A.

Construiu-se entre os visitantes e o museu uma relação de afetividade com a face ambiental de parque que é voltada para a contemplação da natureza, atividades de esporte e lazer, conforto térmico, bem-estar pessoal, e a possibilidade de ter um lugar para estar com a família, passear com as crianças e encontrar os amigos. Conforme a fala de uma das entrevistas selecionadas:

Quais são as qualidades que a senhora vê no espaço como um todo? - Eu vejo assim que ele é muito bom pra lazer, pra ventilação, ar puro, pra tá junto com a família” [...] “O que a senhora acha mais importante nele, o que não poderia faltar? - Eu acho que as árvores porque é a natureza né então pra gente é muito bom, traz saúde pra nós, é o ar puro né, traz qualidade de vida pra nós. São as árvores né, e a preservação do meio ambiente. A gente não vive sem a natureza né, então isso é muito bom. Eu só acho que deveriam cuidar mais, ter mais cuidado (SOUSA, Hilda, 2017).

Em sua maioria, os frequentadores não parecem preocupados com a “espécie” arbórea existente ali e nem com os aspectos culturais que ela carrega, e sim com a árvore em sua dimensão natural. O principal objetivo desse público é desfrutar do bem-estar que as árvores proporcionam, assim, sentem-se felizes, por ter nas proximidades, um local agradável, conforto térmico e o contato com a natureza. O fato de serem, especificamente, seringueiras, passa um tanto despercebido para a maioria deles, mesmo conhecendo a espécie e sua relação histórica com a Amazônia.

Parecem esquecer que lutas sociais dos seringueiros nos seringais da Amazônia trouxeram benefícios a esta região, uma vez que, por meio delas, foi possível assegurar,

minimamente, a proteção ambiental para a Amazônia. Por isso, acredito que é possível se construir no local, resistentes laços afetivos culturais a partir dessa história.

Reconheço como legítimos os laços afetivos já existentes entre a comunidade e o patrimônio do MUPS, esses usos são parte da função prevista em sua lei de criação e apontada como parte do objetivo da instituição. No entanto, existem possibilidades diárias a serem exploradas a partir do Museu do Seringueiro, que, tal como no parque, têm sua função e missão previstas na mesma lei. A relação entre os dois não necessita ser de rivalidade ou disputa, não é isso que estou sugerindo. O que trago como questionamento é apenas o fato de que existem práticas próprias do universo dos museus que não estão sendo desenvolvidas. E isso constitui um prejuízo para as comunidades locais que poderiam aproveitar as duas faces de um mesmo patrimônio.

Os entrevistados nem mesmo percebem a lacuna existente nessa relação, tanto que, quando indagados sobre o que poderia melhorar no espaço, as respostas sempre demonstram anseios voltados para a manutenção e ampliação do que eles mais valorizam e conhecem, o lazer:

Queria que tivesse muito mais coisa lá, seria muito melhor... uns brinquedo pra crianças menores, uns brinquedos menores assim uns brinquedos mais menores, assim uma coisa que pudesse criancinha menores não se bater... aquele nego assim, academia podia ser umas coisa assim bem mais à vontade e fecha mais um pouco né (SANTOS, Raimunda, 2017).

Outra forma de percepção comum que essas pessoas têm sobre o MUPS é o olhar crítico sobre a gestão municipal do lugar. Eles percebem e se importam com o bem-estar da estrutura física do MUPS, pois o reconhecem como um bem comum, por isso há certa insatisfação com a gestão pública do lugar.

Isso aqui é uma relação muito boa sabe, porque tem... esse ambiente aqui é muito prestativo pro pessoal daqui, pra quem acompanha essa academia aí, tem uma academia logo aí, isso aqui é muito bom pra todo mundo aqui. Só que tá tudo abandonado ai esses cantinho que o prefeito fez aí já tá tudo abandonado (PIMENTA, Ronaldo. 2017).

Além de observarem os pontos negativos, eles também conseguem fazer diagnósticos baseados nos conhecimentos tradicionais que vários deles têm sobre o trato com a natureza, e, em particular, quando o tema é o bem-estar das árvores, o Sr. Antônio foi enfático:

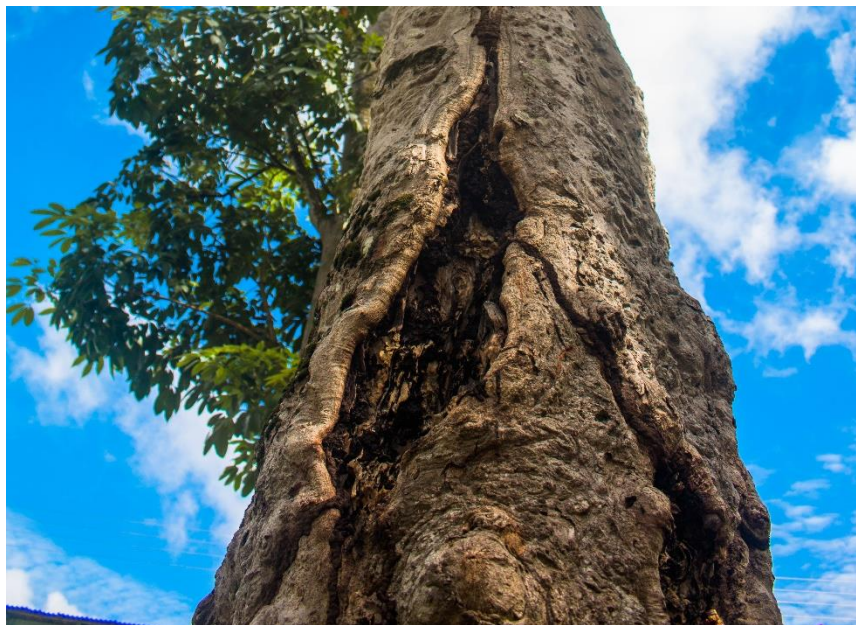
A SEMA mexeu no... Solo, não deixam... até onde eu sei, do que eu nasci e me criei na colônia os nutrientes da própria árvore é a própria folha, o que eles fazem ao contrário, eles tiram as folhas e jogam fora aí a arve vem a padecer porque ela se alimenta do que é dela, do que é folha, dos nutrientes... isso eu sei (ROCHA, Antônio. 2017).

Isso demonstra que, as comunidades locais, apesar de não se manifestarem oficialmente, não estão alheias ao que se passa na instituição. Os frequentadores observam desde os problemas mais simples, como a falta de manutenção da estrutura física, até os mais sérios, como a ameaça à vida útil das árvores.

A fala do Sr. Antônio me faz refletir sobre o compromisso dos museus – em particular, os que trabalham temas voltados para o meio ambiente como o MUPS – e da Museologia, considerando a ideia de desenvolvimento sustentável tão defendida pela Museologia social.

Esta observação, provavelmente parte do fato de que tem se tornado cada vez mais comum as quedas das seringueiras no interior do MUPS por infestação de cupins e parasitas nas árvores (Figura 14).

Figura 14. Seringueira com danos por infestação de cupins - MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

Para Decarolis (2000, p. 38), este é um processo que garante mais que a sobrevivência do planeta, mas também a da humanidade na terra. Assim, a interpretação que tenho das palavras do Sr. Antônio Rocha, seria da necessidade de uma atitude sustentável por parte da gestão ambiental do MUPS, como usar as próprias folhas das árvores para fazer adubo, ou

ainda recorrer a outras fontes biológicas para evitar a adubação química e assim evitar o descaso com o processo de adubação das árvores. Existem fontes de produção de matéria orgânica própria para a manutenção de espaços naturais e que seriam boas opções para projetos desenvolvidos em parceria com a comunidade. Tal medida possibilitaria o aproveitamento dos conhecimentos locais e proporcionaria uma efetiva troca de saberes, que se traduziria no tão desejado desenvolvimento social a partir do patrimônio.

Por outro lado, há os que buscam olhar por outro prisma para a instituição. As funcionárias da Escola Municipal de Ensino Fundamental União e Fraternidade (Figura 15) ressaltaram as vantagens da proximidade do MUPS com a escola, uma vez que o espaço se torna uma ferramenta para dinamizar as aulas e incluir atividades práticas no calendário escolar.

Segundo elas, é possível adequar as temáticas das aulas ao espaço do MUPS, e desenvolver ideias para agregar valores ao conteúdo escolar das crianças.

A nossa relação aqui, vou falar aqui da nossa escola, né, é boa.... Porque a gente precisa vai pra lá pra essa coisa aí maravilhosa que nos auxilia na nossas aulas né. As professoras precisam às vezes dar uma aula fora da escola, uma aula extraclasse, elas vão pra lá... Faz uma aula recreativa com os alunos.

E tudo isso aí é importante para gente, né. Estou fazendo no momento uma leitura, né, então, eu li o livro *Buscando o Leitor: Buscando a Caligrafia*, esse livro levamos pro seringal, aí eles caçam palavras, depois eu vou dar o passeio pelo seringal, e mostrar a importância que nós temos, tanto no nosso estado, e nós não temos às vezes nem o conhecimento.... -Então, faz um bom proveito do aprendizado do plantio, a importância da árvore, da água, né, como a tirado do papel, o lápis, madeira, né. Não, porque nós temos a seringueira.

A seringueira, nós fomos falar a importância da seringueira como árvore, né, tirando a borracha para fazer isso aí, como nós também temos um plantio, porque aí eles trabalham muito. Tem uma seringueira que tá morrendo, aí tem um engenheiro (incompreensível), então nosso alunos esses dias foram lá e fizeram um plantio da seringueira. E nós trabalhamos o espaço pela orientação do lixo, da higiene. Inclusive, nós fomos convidados a comunidade da escola em fazer... estão com um projeto aí do plantio. Plantar alface, cheiro verde... (TORRES, Laura; NUNES, Denise. 2017).

Esta iniciativa demonstra o quanto é possível, com criatividade e boa vontade, aproveitar o potencial educativo do MUPS em favor do desenvolvimento social local da comunidade a partir da relação com as seringueiras como patrimônio cultural.

Figura 15. Fachada da Escola União e Fraternidade, em frente ao MUPS.



Fonte: SILVA, Iago. K. S. P. (2018)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desta monografia sobre a forma de institucionalização do MUPS foram alcançados por meio de pesquisa, que incluiu levantamento documental, elaboração de questionários e realização de entrevistas com alguns sujeitos envolvidos no processo. Posso afirmar que o estudo realizado confirmou as perspectivas iniciais deste trabalho.

Ao longo do processo de pesquisa houve alguns desafios, tais como a dificuldade de acesso à documentação física dos documentos de criação do MUPS, a hesitação de algumas pessoas em gravar entrevistas, ou responder aos questionários, já que muitas delas preferiam ter conversas informais, o que não é desprezível, pois essas conversas acabaram sendo fundamentais para o melhor entendimento dos meandros das relações e dos conflitos ali existentes.

Reconheço, contudo, que existem aspectos museológicos que não foram abordados nesta pesquisa, mas que são de fundamental relevância para a preservação das dimensões materiais e imateriais do patrimônio presente no MUPS. Por isso, este trabalho pode se desdobrar, no futuro, em pesquisas que permitam pensar sobre a musealização do espaço patrimonial do MUPS e que abordem entre outros temas:

- 1) proposição de estratégias de salvaguarda das seringueiras em seus aspectos físicos;
- 2) análise crítica da documentação museológica;
- 3) reflexão sobre o papel das ações de educação patrimonial de caráter permanente;
- 4) introdução de novas perspectivas de exposições para o Museu do Seringueiro.

Apesar disso, esta pesquisa tem importância para a área da Museologia da região, pois abre as portas para os debates sobre instituições que ainda não estão inseridas no contexto atual de discussões do campo. Seus resultados podem servir como uma ferramenta de reflexão para os órgãos de gestão municipal de museus que, por vezes, ignoram o conhecimento especializado de instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural local.

O antigo seringal, localizado no conjunto Cidade Nova VIII, município de Ananindeua, Amazônia paraense, foi institucionalizado a partir de políticas públicas que o transformaram em uma unidade de conservação de uso sustentável, com atuação junto à comunidade, semelhante à de um parque urbano. Dentro de seus limites, foi igualmente institucionalizado um “Museu” que é conhecido por dois substantivos: Museu do Seringueiro, conforme consta na placa informativa, e “Memorial”, de acordo com o indicado

em sua fachada. A estratégia de institucionalização causou certa confusão entre as identidades do MUPS, visto que as categorias usadas de parque e museu têm funções e atuação semelhantes, porém, distintas.

O que aparentemente não foi percebido pela gestão municipal da instituição, ao não fomentar as práticas museológicas pertinentes ao museu, é que a instituição permanece atuante somente no papel de parque urbano, categoria que não consta em seu ato de criação. Com isso, a finalidade descrita na lei de criação não consegue ser alcançada na íntegra, uma vez que as relações que se estabeleceram entre o MUPS e as comunidades locais são voltadas, basicamente, para a valorização de seu aspecto natural de deleite e contemplação da natureza, lazer e bem-estar físico.

O histórico de configuração e desenvolvimento de Ananindeua, e, por conseguinte, do espaço no qual se configurou o MUPS, deixa claro a existência de uma estreita relação da história local com as seringueiras, árvores que constituem o patrimônio em questão e que são objetos de preocupação no que se tange à preservação da dimensão natural e cultural do MUPS. As seringueiras constituem o patrimônio cultural com o qual o MUPS poderá trabalhar a fim de incrementar as múltiplas possibilidades de sua atuação com as comunidades locais.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. p. 12.

ALMEIDA, M.W.B. 2004. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Rev. Bras. Cienc. Soc. 19 (55):33-52. Disponível em: <ALMEIDA, M.W.B. 2004. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Rev. Bras. Cienc. Soc. 19 (55):33-52.

AMARAL, Weber A.N. do et al. Políticas públicas em biodiversidade: conservação e uso sustentado no país da megadiversidade. Revista On-Line International Studies on Law and Education, n. 1, 2009. Disponível em [http://www.hottopos.com/harvard1/politicas\\_publicas\\_em\\_biodiversi.htm](http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi.htm) acesso em 23.01.2018.

ANANINDEUA, Diário Oficial Nº 1449. Secretária de meio Ambiente, Portaria Nº 017, de 23 de abril de 2012. Estabelece as normas de uso público da Arie Museu Parque Seringal e dá outras providências. Ananindeua, 2012. P. 8.

ANANINDEUA. Câmara Municipal de. Lei nº 2560 de 29 de março de 2012. Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Denominada de “Museu Parque Seringal” e da outras providencias. Ananindeua, 2012.

BARBOSA, Fernanda. Questionário realizado com funcionário do MUPS. Ananindeua 04 out. 2017.

BARROSO, Antônia Lucia Fernandes; MESQUITA, Rita de Cássia Guimarães. Subsídios para a gestão do Jardim Botânico Adolpho Ducke de Manaus. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Manaus, v. 65, n. 3, p. 791-805, 2014.

BELIANI, Elisama; DE MORAES, Nilson Alves; BORGES, Luiz C. Um parque sob encantos e desencantos: a Floresta da Tijuca, do reflorestamento a patrimônio paisagístico mundial. Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História, Ciência e Tecnologia. Florianópolis – Santa Catarina. 16 a 18 de novembro de 2016. pp. 3-16. Disponível em: <[http://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1474041921\\_ARQUIVO\\_TEXTOcompletoSBHC2016-VERS3.pdf](http://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1474041921_ARQUIVO_TEXTOcompletoSBHC2016-VERS3.pdf)> Acesso em 24.01.2018.

BOGÉA, Eliana. A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2010.

BOTTALLO, Marilúcia. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 5, p. 283-287, 1995.

BRAGA, Ruy. Entrevista concedida a Ana Daniela Nogueira da Silva. Ananindeua 03 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura B823 Política nacional de museus / organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007. 184p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. p.76.

BRITO, Susy Kellem Miranda. Parque Estadual do Utinga (PA): Uma gestão ambiental participativa. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém 2009.

BUENO, Ricardo. Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012. (A história da economia brasileira; v.2). Disponível em: <http://www.premiocnh.com.br/livros/livro2012.pdf>. Acesso em 23.01.2018.

CAFÉ, Daniel Calado. Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do Museu do Território de Alcanena. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal, 2007.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento. 2ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CARDOSO, S. L. C., VASCONCELLOS, Sobrinho, M., & VASCONCELLOS, A. M. A. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, jan./abr., 7(1), p. 74-90, 2015.

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (orgs.). Subsídios para a criação de Museus Municipais Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.

COSTA, Julia Furia. O "culto da saudade": história e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924). 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CURY, Marília Xavier. Museologia-marcos referenciais. Revista Cadernos do Ceom, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2014.

CURY, Marília Xavier. Museus em transição. In: SISEM SP - Sistema Estadual de Museus. (org.). Museus - O que são, para que servem? Disponível em; < <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Museus-em-transi%C3%A7%C3%A3o.pdf> . acesso em: 02.03.2018.

SILVA, Antônio Carlos Galvão da; DA COSTA SILVA, Josué. Seringueiros na Amazônia. “s.d.”.

DECAROLIS, Nelly; LAM-Argentina, ICOFOM. Museología y Desarrollo Sustentable: El Valor de un Desafío. II Encontro Internacional de Ecomuseus/II Encuentro Internacional de Ecomuseos/II Rencontre International des Écomusées, p. 37, 2000.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). Conceitos-chave de Museologia. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. Disponível em: <[http://www.hottopos.com/harvard1/politicas\\_publicas\\_em\\_biodiversi.htm](http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi.htm)> Acesso em: 10.12.17.

Estado da Cultura de São Paulo, 2011, v, p. 17-28. Disponível em <<https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Museus-em-transi%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 23.01.2018.

FERREIRA, Adjalme Dias. Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2005. 99f.

FONSECA, Joana. Entrevista concedida a Ana Daniela Nogueira da Silva. Ananindeua 03 out. 2017.

GONÇALVES, Maria Lívia CM Ramos; AMORIM, Antônio Carlos. Gabinetes de curiosidades: paradoxos das maravilhas. Rio Claro. Educação: Teoria e Prática, v. 22, n. 40, p. 1-10, 2012. ICOM-LJ, ICOM-L, 3 de dezembro. Disponível em: <http://home.ease.lsoft.com/scripts/wa.exe?A1=ind0312&L=icom-l>

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: NASCIMENTO, Silvania et al. (orgs). Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.

JUNIOR, Silva et al. Documentos para a história do mais antigo jardim zoológico do Brasil: o parque zoobotânico do Museu Goeldi. 2012.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e patrimonialização: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 15, 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Enancib 2014. pp. 3710-3730.

LOPES, Gilmara Célia Lana Rodarte. Múltiplos olhares sobre o Museu. Educação em Revista, n. 44, p. 281-284, 2006.

MAGALHÃES, Carlos. Museologia Social. Porto Alegre. EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.136p.

MARTINS, Maria Terezinha R. Ecomuseu da Amazônia: uma experiência ao serviço do desenvolvimento comunitário no município de Belém-PA. Revista Cadernos do Ceom, v. 27, n. 41, p. 315-328, 2014.

MAYMONE, Marco Antônio de Alencar. Parques Urbanos - Origens, Conceitos, Projetos, legislação e Custos de Implantação Estudo de Caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Tecnologias Ambientais) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009. 189f.

MENDES, Manuel Cardoso Furtado. Museus como pioneiros para a sustentabilidade ambiental. 2012. p 1-18, Artigo Brasília, PDF.

MENDES, Paulo. Entrevista concedida a Ana Daniela Nogueira da Silva. Ananindeua 03 out. 2017.

MORIN, Edgar. “A Crise Ecológica”. In: Cultura de Massas no XX: nerose/Edgar Morin com a colaboração de Irene Nahoum; tradução de Agenor Soares Santos. -3.ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. ( O Espirito do Tempo; 2).

MUTO, Reiko. O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010. p. 345.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Everson Carlos Nascimento. Mudança no padrão de uso do solo do conjunto cidade nova: de exclusivamente habitacional a uma área de atração de capitais. Monografia (Especialização), Curso de especialização em Cidades na Amazônia: história, ambiente e culturas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2008.

PEGORARO, Carlos Roberto. Questionário com funcionários do MUPS. Ananindeua 04 out. 2017.

PENTEADO, Antônio Rocha. Belém - Estudo de Geografia Urbana. Belém, UFPA, 1968. 2v. (Série José Veríssimo).

ROCHA, Luiza M. G. Matos. A musealidade do Arboreto. Musas, 4, p. 112-121, 2009.

RODRIGUES, Eliene Jaques. Banidos da cidade unidos na condição: cidade nova; espelho da segregação social em Belém. Dissertação. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos amazônicos. 1988. 271 p.

SANTOS, Dumas, Fernando Sergio. Ainda a “cultura do barracão” nos seringais da Amazônia. História Oral, n. 3, pp.69-89,2000.

SANTOS, Raimunda. Entrevista concedida a Ana Daniela Nogueira da Silva. Ananindeua 03 out. 2017.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 1, n. 1, p. 15-30, 2012.

SILVA, Simone Santos. O discurso e a prática da participação social no projeto “Sanear Ananindeua “Belém. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOARES, Bruno C. B. SCHEINER, Tereza C.M. A ascensão dos museus comunitários e os Patrimônios Comuns: um ensaio sobre a casa. Anais do X ENANCIB. João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2009.

SOUSA, Ilda. Entrevista concedida a Ana Daniela Nogueira da Silva. Ananindeua 03 out. 2017.

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. “Colecionismo na modernidade” In: Simpósio Nacional de História, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, p. 1-9, 2009.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. Geographia, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2009.

VARRINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012. Zagreb, Faculdade de Filosofia, tese de doutoramento.

TRINDADE, Saint-Clair Cordeiro da. CARVALHO, Aldebaran Moura. Neto João Gomes. –Organizadores – Belém: Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional/FASE: instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFGA; Observatório Comova, 2009. 359 p.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

- Questionário aplicado aos funcionários do MUPS.

Nome:

Idade:

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Gênero: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- 1 O que você faz aqui nesse espaço?
- 2 O que você sabe da história desse espaço antes de ser institucionalizado?
- 3 Para você qual a importância desse espaço?
- 4 Para você qual elemento desse espaço não poderia faltar?
- 5 Com suas palavras defina este espaço.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- Entrevista com moradores do entorno do MUPS e visitantes.

- 1 Há quanto tempo você mora nas proximidades?
- 2 Como era essa área antes?
- 3 Qual sua relação com o Museu Parque Seringal?
- 4 O que você considera mais importante lá?
- 5 Você já visitou a exposição?
- 6 O que não pode faltar lá?

**ANEXOS:****ANEXO A – LEI MUNICIPAL DE CRIAÇÃO DA ARIE MUSEU PARQUE SERINGAL****LEI Nº 2.560, DE 29 DE MARÇO DE 2012.**

Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada “Museu Parque Seringal” e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ANANINDEUA** estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criada a Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, denominada “Museu Parque Seringal”, situada à WE 36-A, Conjunto Cidade Nova VIII, Bairro Coqueiro, no perímetro urbano do Município de Ananindeua.

**Parágrafo único.** A ARIE “Museu Parque Seringal” tem área total de 1,348 hectares e perímetro de 513,00 metros e poligonal definida conforme coordenadas geográficas descritas no croquis constante do Anexo I, parte integrante e indissociável desta Lei.

**Art. 2º** - São objetivos da ARIE “Museu Parque Seringal”:

- I** – manter o ecossistema natural de importância regional e local;
- II** – garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes;
- III** – promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio atual do município;
- IV** – proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado;
- V** – resgatar a identidade patrimonial histórica e cultura locais, com destaque à valorização do Ciclo da Borracha no Município de Ananindeua.

ANEXO B – DIÁRIO OFICIAL DE ANANINDEUA QUE ESTABELECE NORMAS DE USO PARA A ARUIE MUSEU PARQUE SERINGAL



# Diário Oficial

do Município de Ananindeua

Terça-feira, 24 de abril de 2012
ANO XIX ♦ ANANINDEUA ♦ PARÁ
Nº. 1449

**PODER EXECUTIVO**

HELDER BARBALHO  
Prefeito Municipal de Ananindeua

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**SECRETARIADO:**

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA  
Chefe de Gabinete de Prefeito

FÁBIA BARREIROS E SILVA  
Controlador Geral do Município - Interna

LAURA MARIA MARANHÃO PONTES  
Procuradora Geral do Município - Interna

OTAVIO OLIVA NETO  
Secretário Municipal de Administração

DANIELA LIMA BARBALHO  
Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho

FLÁVIO BITAR VASCONCELOS  
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude

FRAUCILDO MULLER NOBRE  
Secretário Municipal de Desenvolvimento

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA VEIRA  
Secretária Municipal de Educação

MARCOS RODRIGUES DE MATOS  
Secretário Municipal de Gestão Fazendária

ZINDA LOGATO NUNES  
Secretária Municipal de Habitação

CELSO KAZUHIKO MOTOKI  
Secretário Municipal de Meio Ambiente

HANA SAMPAIO CRASIAN  
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças

PAULO SERGIO DE MELO GOMES  
Secretário Municipal de Saneamento e Infraestrutura

IVETE CADELHÁVAZ  
Secretária Municipal de Saúde

ANTONIO FERNANDO DA COSTA JÚNIOR  
Secretário Municipal de Segurança e Defesa Social

CELIO RODRIGUES SILVA  
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

GUILHERME JORGE SILVA DOS REIS  
Inspetor Geral de Guarda Municipal de Ananindeua

NELITO CORRÊA LOPES  
Diretor Interino do Instituto Gestão de Governo e Gestão Pública de Ananindeua

LUZ GUILHERME MACHADO DE CARVALHO  
Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua

**PODER LEGISLATIVO**

RAMUNDA NONATA RICHIA TEDEIRA - PMDB - PRESIDENTE

FRANCISCO DE SOUSA DA ROSA - PRP - VICE - PRESIDENTE

WALDEMIR EDUARDO DE ASSIS SANCHEZ NASCIMENTO - PDT - 1º SECRETÁRIO

CARLOS CORRÊA LIMA - PMDB - 2º SECRETÁRIO

JOSE DUARTE LEITE - PSC - 3º SECRETÁRIO

FRANCISCA PEREIRA DA SILVA - PSDC - 4º SECRETÁRIO

HELDER DENEY DAS CARVALHO JUNIOR - PP

LEILA CARVALHO FREIRE - PMDB

CARLOS SUGOT DA ROCHA - PP

## NESTA EDIÇÃO

### GABINETE DO PREFEITO

LEI (Utilidade pública).....Pág. 3

DECRETO (Facultar expediente).....Pág. 3

DECRETO (Torna sem efeito).....Pág. 3

DECRETO/REPUBLIÇÃO (Nomeação).....Pág. 3

### SECRETARIAS

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMOS DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÕES.....Pág. 3 a 7

TERMOS DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÕES.....Pág. 3 a 7

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PORTARIAS (Suprimento de fundos).....Pág. 8

PORTARIA (Estabelece normas de uso público da ARIE "Museu Parque Seringal").....Pág. 8 a 10

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

## ANEXO C – CONSULTA POR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO SITE DO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE

Ministério do  
**Meio Ambiente**

Buscar no portal

Perguntas frequentes Links de interesse Contato Serviços Área de imprensa

PÁGINA INICIAL > ÁREAS PROTEGIDAS > CADASTRO NACIONAL DE UC'S > CONSULTA POR UC

Agenda de Dirigentes  
Editais e Chamadas  
Eventos do MMA  
MMA em Números  
Programas do MMA  
Quem é Quem

**ASSUNTOS**

Água

### Consultas por UC's

**Resultado da Consulta - Unidades de Conservação**

**Filtros utilizados:**

- Categoria(s) de Manejo: Área de Relevante Interesse Ecológico
- Esfera Administrativa: Municipal
- UF: PA
- Município: Ananindeua
- Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua - PA

Nr	Nome da Unidade (Total: 2)
1	AREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLOGICO MUSEU PARQUE SERINGAL
2	AREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLOGICO PARQUE AMBIENTAL ANTONIO DANUBIO LOURENÇO DA SILVA

## ANEXO D – DETALHAMENTO DE CONSULTAS POR UC'S

Fwd: musealização - dan x Consultas por UC's

www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc

Para acessar rapidamente, coloque os seus favoritos aqui na barra de favoritos. Importar favoritos agora...

Agenda de Dirigentes  
Editais e Chamadas  
Eventos do MMA  
MMA em Números  
Programas do MMA  
Quem é Quem

**ASSUNTOS**

Água

Apoio a Projetos

Áreas Protegidas

Instrumentos de Gestão

Cadastro Nacional de UC's

Acesso para Gestores de UC's

Consulta - Gerar Relatório de UC

Consulta por Órgão Gestor

### Consultas por UC's

#### AREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLOGICO MUSEU PARQUE SERINGAL

**Categoria:** Área de Relevante Interesse Ecológico

**Grupo:** Uso sustentável

**Último ato legal:** Lei ordinária nº 2.560, de 29/03/2012

**Área do polígono (km²):** 0,0123

**Bioma:** Amazônia

**Municípios Abrangidos:**

**Conselho Gestor:** Criado por Decreto nº 14942, de 17/04/2012

**Plano de Manejo:** Não possui.

**Programas especiais:** Informação não cadastrada até o momento.

Unidades de Conservação Municipais  
✓ Limite Municipal  
✓ Limite Estadual

Versão de impressão

**Objetivos:** I) manter o ecossistema natural de importância regional e local; II) garantir a preservação e a

Tweet Curtir 201 pessoas curtirem isso. Seja o primeiro de seus amigos. +11

PT 16:22 23/05/2017

## ANEXO E – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO ELABORADO PELA TURMA DE MUSEOLOGIA 2014 E QUE GEROU OS GRÁFICOS 1



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Ciências das Artes  
Faculdade de Artes Visuais  
Curso de Bacharelado em Museologia

Pesquisa sobre Percepções e apropriações do público sobre o espaço musealizado de um museu-parque

Entrevistador \_\_\_\_\_

Número do Questionário (para uso interno):

### Filtro:

Você visitou por sua própria iniciativa este espaço? Caso sim, prossiga. Caso não, encerre e agradeça.

#### 1. Qual é a sua idade?

Se menor de 16 anos, encerre e agradeça.

Anotar no quadro ao lado a idade

De 16 a 20 anos    De 21 a 30 anos                      De 31 a 40 anos                      De 41 a 50 anos  
De 51 a 60 anos    Mais de 60 anos

#### 2. Em qual cidade e Estado (e País) você mora? \_\_\_\_\_

Se não for morador da Região Metropolitana de Belém, encerre e agradeça.

(Segundo a Lei Complementar Federal 14/1973, a Região Metropolitana de Belém é composta pelos seguintes municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara, Santa Izabel e Castanhal)

#### 3. Como você compreende este espaço que você acaba de visitar?

Anotar a resposta na íntegra

#### 4. É a primeira vez que você visita este espaço?

Sim                       Não

Caso sim, vá para questão 6. Caso não, prossiga.

#### 5. Caso sim, com que frequência você visita este espaço?

Diariamente.                      Uma vez por semana.                      Mais de uma vez por semana  
Uma vez por mês.                      Mais de uma vez por mês                      Uma vez por semestre  
Mais de uma vez por semestre.                      Uma vez por ano.                      Mais de uma vez por ano  
Nos feriados.                      Nas férias.                      Outros, qual? \_\_\_\_\_

#### 6. Você vem a este espaço com que objetivo?

Para passear                      Para fazer exercícios físicos                      Para apreciar a natureza  
Para namorar                      Para visitar o museu                      Para participar de encontros  
Para participar de atividades culturais                      Outros, qual? \_\_\_\_\_

#### 7. Qual a sua avaliação sobre visita a este espaço?

Excelente                      Boa                      Regular                      Ruim                      Péssima

Outra, qual? \_\_\_\_\_

#### 8. O que mais lhe chama atenção neste espaço?

A natureza                      O parque O museu A exposição

Outro, qual? \_\_\_\_\_

**Justifique sua resposta.**

Anotar a resposta na íntegra

**9. Você já visitou a(s) exposição(ões) deste espaço?**

Sim       Não

**Caso sim, quais exposições e o que motivou?**

Anotar a resposta na íntegra

**Caso não? Por quê?**

Anotar a resposta na íntegra

**10. Qual a sua opinião caso este espaço estivesse fechado por tempo indeterminado?**

Anotar a resposta na íntegra

**11. Em uma escala de zero a dez, onde zero é nenhuma e 10 é muita importância, como você definiria a importância deste espaço? (anotar o número no quadro)**

**12. O que faria visitar o espaço mais vezes?**

Anotar a resposta na íntegra

**13. Quais as sugestões você daria para que este espaço tenha mais visitantes?**

Anotar a resposta na íntegra

**14. Você costuma visitar museus ou parques da Região Metropolitana de Belém (RMB)?**

Sim       Não

**Caso sim, quais e por quê?**

Anotar a resposta na íntegra

**Caso não? Por quê?**

Anotar a resposta na íntegra

--

**IDENTIFICAÇÃO**

**Gênero:**            Feminino            Masculino

**Escolaridade**

Ensino Fundamental Incompleto            Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto            Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto            Ensino Superior Completo

Pós-graduando    Pós-graduado            Outro? Especifique: \_\_\_\_\_

**Qual é a sua profissão?**

--

**Por mês, você ganha?**

Menos de 1 salário mínimo (**valor do salário mínimo é R\$ 937,00**)

Um salário mínimo

Mais de um e menos de 3 salários mínimos

Entre três e cinco salários mínimos

Mais de cinco salários mínimos

Não sabe/não respondeu